

Livro Eletrônico

www.igepp.com.br

Profa. Dra. Maria das
Graças Rua

Módulo Introdutório
[Conceitos Básicos de
Ciência Política]



SUMÁRIO

Conceitos básicos da ciência política: consenso; conflito; política; poder; autoridade; dominação; legitimidade, soberania, ideologia, hegemonia. Ideias e regimes políticos. Principais correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. Principais correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. O liberalismo no século XX.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Ciência Política é a ciência que estuda a política — os sistemas políticos, as instituições, os processos e os comportamentos políticos. Busca conhecer e explicar a estrutura (e as mudanças de estrutura) e os processos de governo — ou de qualquer sistema equivalente de organização humana que tente prover segurança, justiça e direitos a uma população. Essa definição sugere que o objeto de estudo da Ciência Política é o Estado. Contudo, para a maioria dos cientistas políticos o foco seria muito mais amplo, compreendendo as relações de poder, na sua totalidade – e não apenas aquelas que têm lugar no âmbito do Estado.

A Ciência Política abrange diversos campos, como a teoria política, os sistemas políticos e ideológicos, a economia política, a geopolítica, a análise de políticas públicas, a política comparada, as relações internacionais, as instituições políticas, os processos políticos (como o processo legislativo, o processo de tomada de decisões, os processos de mudança política, etc.) e os comportamentos políticos (como o comportamento eleitoral, os movimentos sociais, etc.)

Para melhor compreender o que é Ciência Política, é importante entender o significado de “política”. Inicialmente, vale lembrar que é uma palavra cuja origem é a palavra grega “*polis*”, que se refere às cidades gregas da antiguidade. “Polis” designa especialmente a cidade-Estado grega, organizada conforme um modo de vida no qual a liberdade era um atributo dos cidadãos, tanto quanto a igualdade e a diversidade. Na cultura grega entendia-se que somente esse ambiente permitiria ao homem desenvolver plenamente suas capacidades, sendo esse o significado da frase: “o homem é um animal político”. A “*polis*” era a comunidade de iguais que visam a uma vida que é, potencialmente, melhor. Iguais, no sentido de que a vida pública não era caracterizada pela dominação, pois todos eram cidadãos. E a possibilidade de uma vida melhor era dada, justamente pela diferenciação. Esse modelo de organização social tornou-se a base da civilização ocidental.

Um dos elementos centrais na definição da vida na *polis* é a diversidade, a diferenciação¹. Essa característica tornou-se o principal atributo das sociedades modernas. Isto significa que nelas os membros não apenas possuem características diferenciadas (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, trajetória pessoal, etc.), como também possuem ideias,

¹ É muito importante ter claro que diferente não é o mesmo que desigual. Diferente tem a ver com características de um objeto ou sujeito, enquanto desigual remete às características das relações entre os sujeitos.

valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência.

Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e, frequentemente, envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Para isto, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política. O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo.

A administração do conflito depende, então, da política. Essa envolve coerção - principalmente como possibilidade - mas que não se limita a ela. Cabe indagar, então, o que é a política. Uma definição bastante simples é oferecida por P. Schmitter: política é a resolução pacífica de conflitos². Entretanto, este conceito é demasiado amplo, abrangendo toda ordem de conflitos, todo tipo de sujeitos e todos os objetos de conflito, além de omitir as questões relativas ao poder envolvido nos conflitos.

De fato, nem todos os conflitos, como os conflitos de personalidade, dos nossos conflitos íntimos do ponto de vista das nossas relações íntimas, dos nossos conflitos amorosos, dos nossos conflitos entre pais e filhos, enfim esses conflitos na esfera mais íntima da pessoa certamente não são objeto da política. Então não é todo tipo de conflito, são somente os conflitos relacionados a bens públicos, são conflitos que envolvem aquilo que autores como Locke chamam *o interesse coletivo*, ou seja: tudo o que diz respeito aos interesses comuns, mas somente a eles. Esses conflitos é que são objeto de resolução pacífica mediante a política.

Portanto, é recomendável e possível delimitar um pouco mais o conceito e estabelecer que a política é "o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos"³.

Por que é que a definição se restringe aos bens públicos? Porque todas as questões privadas, que não digam respeito à vida coletiva - como sentimentos, relações íntimas, crenças pessoais - pertencem ao espaço de liberdade dos indivíduos, resolvendo-se no seu próprio âmbito e não na esfera da política.

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICA. IN: BOBBIO, NORBERTO. *CURSO DE INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA*. 2. ED. BRASÍLIA: EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1979. P. 31-39.

³ RUA, Maria das Graças (1998). "Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos". IN O Estudo da Política: Tópicos Selecionados Brasília: Ed. Paralelo 15.

A política diz respeito à resolução pacífica dos conflitos envolvendo os interesses de uma coletividade qualquer, que pode não necessariamente ser um país, pode ser uma comunidade, pode ser um grupo, etc. Nessa definição, bem público consiste apenas naquilo que afeta os interesses de uma coletividade, que não se restringe à esfera das questões íntimas e privadas⁴. Por exemplo, decidir praticar uma religião ou outra: política não tem a ver com isso. Se alguém escolhe viver uma vida de pobreza ou se vai ter um projeto de vida de prosperidade, é uma coisa privada, não tem a ver com uma coletividade. E até mesmo os nossos conflitos de personalidade, e os nossos dilemas pessoais na escolha entre alternativas igualmente desejáveis. A política não incide sobre nada disso.

A política incide sobre questões privadas de interesse coletivo, por exemplo, regulamentações de atividades econômicas, que se dão na esfera do mercado, e até mesmo regulamentação na esfera da família. Por exemplo, tudo que tem a ver com violência doméstica e tratamento indigno de vulneráveis no ambiente doméstico – mesmo sendo um espaço privado – é objeto da política, e é tratado enquanto bem público porque diz respeito a uma coletividade, requer o exercício do papel de proteção da integridade física dos indivíduos, que é um dever do Estado em relação à coletividade⁵.

Portanto, lembrando a definição acima, política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. Ao dizer isso, é possível perceber que a política, em si, é apenas meio, não tem finalidades próprias, é toda instrumental. De fato, nenhuma definição de política refere-se a fins, porque a política sempre diz respeito aos meios: arranjo federativo, relações entre poderes executivo/legislativo, sistemas de escolha de representantes, tudo isso são meios.

⁴ Com isso, pretendo deixar claro que esse texto não contemplará a discussão sobre bens públicos, semi-públicos, etc., própria da Economia.

⁵ Outro exemplo, a orientação sexual de cada um não é objeto da política, é objeto de foro íntimo. Mas a regulamentação das relações entre pessoas do mesmo sexo, se tornou uma questão pública em algumas sociedades, porque envolve direitos de transmissão de herança, pensão, proteção social. E essas são questões de interesse da coletividade, porque são questões de cidadania. Isso tem a ver com bem público, mesmo estando o seu foco nas relações privadas.

Na definição de política e nos seus objetos de estudo, nada se refere a finalidades, porque essas pertencem aos homens e às nações e são infinitos. Hoje, uma sociedade qualquer pode ter uma determinada finalidade e daqui a 20 anos essa finalidade ser outra, muito diferente, até mesmo oposta. Isso porque existe mudança de todo tipo, mudança demográfica, mudança tecnológica, econômica, social, etc. Por isso a política não trata dos fins, porque os fins são intangíveis, contingenciais e não é possível sequer imaginar o que poderá vir a ser uma finalidade no futuro distante. Já os meios, podem ser adaptados e usados em qualquer tempo e qualquer lugar, dependendo inclusive do sistema político que uma sociedade escolher para si.

Os indivíduos, os grupos sociais e as organizações têm interesses e finalidades, escolhem seus objetivos, as lideranças dos países podem ter seus projetos nacionais, algumas têm, outras não. Mas todas as finalidades, objetivos e projetos são, em princípio, igualmente legítimos. Por isso, a política nunca vai tratar das finalidades. A definição das finalidades é que pode ser feita - e certamente será feita - usando os mecanismos da política. A grande questão é: quais serão os meios que levarão a uma dada finalidade? Por exemplo, o terrorismo, já não é política, a guerra não é política, a política sempre tem essa característica de resolução pacífica de conflitos, sem isso não é política, é qualquer outra coisa⁶. Em sua obra, "Da Guerra" C. Clausewitz sustenta que: "A guerra é a continuação da política por outros meios"⁷. Mas, por lógica, se a política é meio, e a guerra é outro meio, então a guerra não é a mesma coisa que a política.

Até aqui a política foi tratada enquanto atividades ou procedimentos. Esses são os objetos de estudo sistemático da Ciência Política. O que isso quer dizer? Para responder a essa pergunta é útil refletir sobre o que é ciência.

⁶ Note-se, todavia, que Julien Freund define política principalmente pela coerção. Segundo o autor, política é "a atividade social que se propõe a garantir, pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular". O autor pretende que "força é em política um meio essencial e por vezes o único de garantir eficazmente a estabilidade, a ordem e a justiça, salientando que *todas as formas de paz, seja qual for o nome que se lhe dê, resultam de um equilíbrio de forças entre os Estados*. Acrescenta que a força - que não a violência - e o direito são *duas noções completamente autônomas, cada uma com a sua significação própria*". FREUND, Julien. *Qu' est-ce que la Politique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

⁷ CLAUSEWITZ, Carl von (1996). *Da Guerra*. São Paulo, Ed. WMF Martins Fontes

Primeiramente, vale lembrar que a ciência moderna se desenvolve a partir do século XVI, com o advento do racionalismo cartesiano⁸ e da sua crítica pelo empiricismo⁹. Todavia, muito antes disso os homens já pensavam sobre o mundo, suas regularidades e seus problemas. Hoje, sabemos que a maior parte das ciências surgiu e se desenvolveu a partir das necessidades práticas da vida cotidiana: a geometria surgiu a partir de problemas de medição dos campos, a mecânica a partir de problemas suscitados pelas artes arquitetônicas e militares, a biologia a partir de problemas da saúde humana e da criação de animais, a química a partir de problemas no tratamento de tintas e dos metais, a economia a partir de problemas de gestão doméstica e de organização política, etc. Por isso, muitas pessoas ficam impressionados pela continuidade histórica entre as convicções do senso comum e as conclusões científicas, e muitos acreditam que, para diferenciar ciência e senso

⁸O **Cartesianismo** pode ser descrito, preliminarmente, como a primeira filosofia moderna, que acabou estabelecendo as bases da ciência moderna e contemporânea. O cartesianismo foi um movimento filosófico cuja origem é o pensamento do francês René Descartes, filósofo, físico e matemático (1596-1650), considerado o fundador da filosofia moderna, criador das bases da ciência contemporânea e pai da matemática. Descartes foi o responsável pelo racionalismo continental, fazendo oposição ao empirismo. O **Racionalismo** desconfia das informações fornecidas pelos sentidos, crendo que essas são por demais falíveis. Propõe que o caminho correto para o conhecimento seria o bom uso da razão. Um sistema racional elaborado a partir de premissas válidas traria o conhecimento real, a verdade. O pensamento de Descartes foi revolucionário para a sociedade da época, na qual o conhecimento estava nas mãos da Igreja, onde não havia reflexões em torno da existência e da racionalidade. Descartes viajou muito e viu que sociedades diferentes têm crenças diferentes, mesmo contraditórias. Viu que os "costumes", a história de um povo, sua tradição "cultural" influenciam a forma como as pessoas pensam, aquilo em que acreditam. Descartes quer acabar com a influência desses "costumes" no pensamento. O método cartesiano põe em dúvida tanto o mundo das coisas sensíveis quanto o das inteligíveis, ou seja, propõe duvidar de tudo: as coisas só podem ser apreendidas por meio das sensações ou do conhecimento intelectual. A evidência da própria existência – o "penso, logo existo" – traz uma primeira certeza. A razão seria a única coisa verdadeira da qual se deve partir para alcançar o conhecimento. Diz Descartes "Eu sou uma coisa que pensa, e só do meu pensamento posso ter certeza ou intuição imediata". Para reconhecer algo como verdadeiro, ele considera necessário usar a razão, o raciocínio como filtro e decompor esse algo em partes isoladas, em idéias claras e distintas, ou seja, propõe fragmentar, dividir o objeto de estudo a fim de melhor entender, compreender, estudar, questionar, analisar, criticar, o todo, o sistema.

⁹O **Empirismo ou Empiricismo**, de matriz inglesa com Francis Bacon e John Locke sustenta que o ser humano nasce uma "tábula rasa" sem nada saber, sem ideias. Todo o conhecimento resulta da experiência sensorial, que é trabalhada pela razão. Assim, deve-se ter rigor e cuidado nas observações, mas algo só é verdadeiro se for comprovado na experimentação. O empiricismo foi fundamental para a ciência, dando origem ao método indutivo; para o conhecimento técnico e para a democracia. A partir dele foi questionado o direito divino dos reis, levando à Revolução Gloriosa na Inglaterra e à independência e democracia americanas.

comum, basta considerar as ciências simplesmente o senso comum "organizado" ou "classificado". Mas isso não basta.

Ernest Nagel¹⁰, um dos grandes pensadores que se dedicaram à filosofia da ciência no século XX, escreveu, entre muitos outros, um texto muito esclarecedor intitulado "A ciência e o senso comum". Ali ele sustenta que a aquisição de conhecimentos sobre vários aspectos do mundo não começou exatamente com a ciência moderna. E indaga: "Se o conhecimento é tal que se pode conquistá-lo, mediante o exercício perspicaz dos dotes naturais e do "senso comum", que excelência especial possuem as ciências e em que contribuem suas ferramentas intelectuais e físicas para a aquisição de conhecimentos?"

Ao tentar responder à sua própria pergunta, Nagel levanta seis pontos.

1-A ciência busca encontrar **explicações** que sejam ao mesmo tempo **sistemáticas e controláveis**, e organiza e classifica o conhecimento sobre a base de **princípios explicativos**.

2-A ciência procura delimitar o **âmbito de aplicação válido** de suas proposições.

3-A ciência deve apresentar consistência: enquanto o senso-comum pode ser bastante contraditório, a ciência buscaria **sistemas unificados de explicação**, diminuindo as contradições.

4-As crenças do senso-comum podem sobreviver por muito tempo, justamente porque são "crenças", enquanto muitos produtos da ciência tem vida curta. Isso porque os termos da linguagem comum são vagos e não específicos, enquanto os conceitos da ciência têm que ser **precisos** e específicos. Havendo contradição e não

¹⁰NAGEL, E. (1968). La estructura de la Ciencia – Problemas de la lógica de la investigación científica. Buenos Aires: Paidós.

havendo precisão, não há como realizar o **controle experimental** das crenças do senso comum. Por isso elas acabam sobrevivendo por séculos. Os enunciados da ciência, por sua vez, se tornam mais suscetíveis a serem submetidos a críticas e refutações.

5- O senso-comum se interessa necessariamente por questões mais próximas do cotidiano. Já a ciências, ao invés de se subordinar às necessidades mais imediatas da sociedade, muitas vezes as deixa de lado questões aparentemente sem nenhuma utilidade prática, parecendo estar distante dos acontecimentos da vida cotidiana. Essa aparente “distância” da vida real seria um aspecto inevitável da busca por explicações sistemáticas e de longo alcance¹¹.

6-Por último, as conclusões da ciência, diferentemente do senso comum, são produto de um **método científico**. Isso não assegura a verdade de toda conclusão a que chega a ciência. O que o método científico permite é a **crítica de argumentações**, tanto no julgamento da confiabilidade dos procedimentos, como na avaliação da força demonstrativa dos elementos sobre os quais se baseiam as conclusões. Já as crenças do senso comum são aceitas habitualmente sem uma crítica sistemática.

As crenças do senso comum não estão invariavelmente erradas, nem negam quaisquer fundamentos em fatos empiricamente verificáveis. Apenas não são sujeitas a testes sistemáticos realizados à luz de dados obtidos para determinar se são fidedignas e qual é o alcance da sua validade. Já os dados considerados relevantes na ciência necessariamente devem ser obtidos através de procedimentos instituídos com o objetivo de controlar as fontes de erro conhecidas e viabilizar o teste de suas hipóteses.

Para a disciplina Ciência Política, Nagel faz uma outra importante contribuição ao sustentar que as ciências sociais¹² possuem o mesmo caráter “científico” das demais ciências, compartilhando todas as características acima, portanto, não se confundindo com o senso comum.

¹¹ Lembrando que existe uma discussão sobre as diferenças entre ciência pura ou básica e ciência aplicada, que não se confunde com o senso comum.

¹² A Ciência Política surge de forma embrionária, no século XIX, sendo uma das chamadas “ciências sociais”, tal como a sociologia e a antropologia, entre outras.

De acordo com Gerárd Fourez¹³, o raciocínio científico é uma maneira socialmente reconhecida e eficaz de compreender o mundo, sem significar, com isso, que a ciência chegue à verdade última das coisas, e nem que seja neutra. Na realidade, a moderna ciência rejeita a ideia de que exista uma “verdade” acabada, preferindo entender que o conhecimento está sempre em processo de construção e que, num dado momento, algumas teorias são mais plausíveis do que outras. Como diria Popper: “Nesta situação, parece-nos mais interessante representar o mundo desta maneira”¹⁴. Por outro lado, como assinala Fourez, reconhecer que a ciência é historicamente condicionada não significa negar seu valor e eficácia, nem torna-la equivalente ao senso comum.

Por tudo isso, ao discutir as características da ciência moderna, Fourez a qualifica como **experimental. Isso não significa que todas as ciências tenham que se valer estritamente do método experimental. Em lugar disso, quer dizer que** só poderá ser aceito como discurso científico aquele que para o qual seja possível eventualmente identificar uma situação em que o modelo poderia não funcionar. É o critério de **falseabilidade**, definido por Popper como o critério demarcatório entre a ciência e as demais formas de conhecimento. O termo “falseável” se refere não a algo falso em si, mas a algo que se pode dizer que não é automaticamente verdadeiro, podendo ser submetido a teste e se revelar como falso.

O pensamento humano se baseia em conceitos. Um conceito é uma representação mental de um objeto qualquer, mediante suas características gerais, diretamente observáveis. Objeto é tudo o que é perceptível por qualquer um dos sentidos, que é apreendido mediante o conhecimento, mas não é sujeito do conhecimento. Para que os objetos possam ser referidos e utilizados na construção de ideias eles precisam ser denominados e definidos (como conceitos). As denominações usualmente baseiam-se na observação empírica e nem sempre são elaboradas de maneira precisa.

A linguagem científica requer definições racionais, objetivas, precisas e excludentes dos objetos com os quais lida aquela ciência. A linguagem científica opera preferencialmente com definições denominadas “constructos”, que são

¹³FOUREZ, G. (1995). A construção das ciências: introdução á filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

¹⁴POPPER, Karl.(1994) Conjecturas e refutações. Brasília, Editora UNB.

abstrações de nível mais elevado que os conceitos e destinadas a sumarizar fatos, interpretar dados, propor explicações e elaborar teorias.

A construção de teorias é uma tarefa essencial da ciência. *Teoria* vem do grego "*theoria*", que significava contemplar, olhar, especular ou examinar". Na ciência, "Teoria" é o nome dado a um sistema organizado de ideias e conceitos não contraditórios entre si, que pretendem explicar um conjunto de fenômenos. Uma teoria é composta de fatos e de hipóteses testáveis e testadas. Uma teoria científica representa o maior grau de aceitação que uma hipótese poderá alcançar, sendo considerada o conhecimento mais seguro sobre um problema científico, no estágio atual do conhecimento. As teorias causais dão origem às leis científicas e possibilitam a previsão científica.

2. CONFLITO E CONSENSO

Como foi visto acima, a política – objeto de estudo da Ciência Política – refere-se à resolução de conflitos. Por que é que existem conflitos? O que é conflito? Qual a diferença entre competição, conflito, confronto?

Existem diversas formas de interação social. O conflito é uma delas, a competição é outra, a cooperação é uma terceira, e assim por diante. A cooperação ocorre quando indivíduos se unem para alcançar um objetivo comum ou objetivos diferentes, porém compatíveis.

A competição consiste em uma situação na qual as pessoas disputam algum bem escasso segundo regras previamente determinadas e aceitas. Os jogos são o melhor exemplo de competição: existem regras para cada tipo de jogo e todos os jogadores tem que estar de acordo com as regras antes dos jogos se iniciarem. Inclusive têm que estar de acordo com as penalidades estabelecidas para o caso de haver violação das próprias regras. Se assim não for, o jogo não se inicia, ou pode ser interrompido e até suspenso e, até mesmo se um dos competidores “vencer” violando as regras, essa vitória será aparente, não terá valor. A competição tem essas características, é uma disputa por qualquer objeto escasso, seja um título, um prêmio, uma vantagem no mercado, que necessariamente deve obedecer a regras específicas previamente determinadas. Muitas vezes essas são regras tácitas, os competidores sabem o limite e o respeitam; outras vezes não bastam regras tácitas: a lei é que estabelece quais são as regras e as sanções cabíveis no caso de sua não observância. É importante observar que a competição não envolve antagonismo entre as partes concorrentes e exige uma certa dose preliminar de cooperação em termos de obediência às regras.

O conflito é bastante diferente, pois é uma forma de interação de natureza antagônica. Não é uma situação de uma mera competição onde as partes estão disputando a partir de um acordo comum sobre as regras. O conflito possui uma natureza desagregadora: as posições são inconciliáveis.

O conflito pode levar a choques envolvendo, ou não, a violência. Quando a violência se faz presente, tem-se o confronto. Existem várias formas de confronto; a guerra é uma delas, quaisquer tipos de lutas, com enfrentamento físico, etc.

A diferença entre o conflito e a competição é o antagonismo entre as partes. Como foi dito acima, o melhor exemplo de competição são os jogos, sejam jogos no sentido de lúdico como o xadrez, damas, baralho ou esportivo ou jogo de futebol que também é lúdico. Mas não somente isso, incluindo outros tipos de jogos. Por exemplo o jogo de concorrência entre empresas a gente pode aplicar esse conceito. O que faz com que a competição seja diferente do conflito?

Primeiro, toda competição se rege por um acordo inicial quanto às regras. Esse é um ponto fundamental. No conflito isso pode ocorrer ou não. Muito frequentemente não ocorre, ou, mesmo que existam regras, as partes tentam passar por cima delas para favorecer seus interesses. Por exemplo, uma das grandes questões das relações internacionais é como limitar a guerra. Antes da Primeira Guerra Mundial a luta envolvia exclusivamente os exércitos mas, desde então, começaram os ataques a alvos civis, e a população civil deixou de estar protegida. Na Primeira Guerra já se começou a usar armas químicas, na Segunda Guerra inaugurou-se o uso de armas nucleares e hoje existe um grande temor a respeito das armas nucleares que não estão sob o controle de Estado e de armas biológicas. Hoje, o mundo conta com um tratado de não proliferação de armas nucleares, tentando colocar limites ao perigo de um conflito nuclear, mas o tempo todo se vê atores que tentam burlar esse controle e que não estão de acordo, não ratificam esses tratados. E também há um grande temor ao terrorismo, porque o que caracteriza o terror é justamente a completa ausência de regras e de alvos específicos.

O acordo fundamental quanto às regras, que é essencial para validar o resultado da competição, não existe no conflito, pois nele a razão está com o vencedor. E, mesmo que ele tenha vencido por meios ilícitos, é o vencedor que conta a história. Então, no conflito, as regras previamente estabelecidas ou não existem ou são violadas e o que acaba valendo ao final é aquilo que caracteriza o vitorioso.

Do ponto de vista da política, é relevante observar que no conflito se tem inimigos¹⁵ e, como apontou Maquiavel, em "O Príncipe"¹⁶ e também Anatol

¹⁵ Já na competição não há inimigos, mas apenas adversários. Mais ainda: é importante que o adversário continue existindo para que o jogo continue. Todos tem interesse em que o jogo continue, pois sem o jogo não há prêmios. Há uma história m engraçada a respeito da natureza do jogo: Uma pessoa estava num hotel em uma determinada cidade, voltando para o seu lugar de origem e estava na hora de ir para o aeroporto. Havia um ponto de taxi na rua lateral onde estavam parados dois taxis, e a pessoa ligou pedindo um taxi para o aeroporto." Pois bem, o cavalheiro que atendeu ao telefone falou assim "Sinto muito, senhora, mas nós não podemos." E ela respondeu: Como assim, não pode? Eu estou vendo que vocês estão aí! Estão dois carros. Um há de poder me levar ao aeroporto!" E ele então respondeu: "Não senhora, nós estamos jogando damas e, se um sair, o jogo acaba." Essa é a lógica do jogo, se um sair o jogo acaba, ou seja: quando alguns estão disputando alguma coisa, todas as partes têm interesse em que o jogo continue. Imaginando um jogo de futebol, é possível perceber que transtorno que é quando um jogo é jogado, acontecem coisas irregulares e o jogo é anulado. É quase uma tragédia, ninguém quer que aquilo aconteça, todo mundo quer que o jogo vá até o final, que seja apitado, que seja declarado um vencedor de acordo com as regras. Por isso, não se pode praticar uma violência que elimine um dos adversários ou que transforme a competição em conflito.

¹⁶ MAQUIAVEL, Nicolau (1988). O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Rapoport¹⁷, a lógica das lutas recomenda que os inimigos sejam exterminados, para que não voltem a ameaçar. E por quê? Porque se as partes estão em conflito inconciliável, cada uma impede a outra de realizar seus objetivos, todas vão se exasperando até o ponto em que entram em confronto. Se uma das partes vence a contenda, não pode esperar que o vencido aceite a derrota; isso significa que, no futuro, o vencedor possivelmente terá que enfrentar aquela ameaça de novo e suas chances de vitória podem não ser tão favoráveis quanto no presente. É esse conjunto de ameaças que torna as partes de um conflito inimigas, e não apenas concorrentes ou adversárias, como ocorre na competição.

O conflito pode ter origens diversas. Evidentemente, numa sociedade capitalista, grande parte dos conflitos é de origem econômica, mas não estritamente. Pode-se ter, por exemplo, conflitos raciais, conflitos religiosos, conflitos intergeracionais, conflitos territoriais, etc. sendo inúmeros os motivos que podem dar origem ao conflito.

Geralmente o conflito envolve o acesso, controle e distribuição de recursos que são escassos. Pode ser riqueza? Sim, mas não somente isso. Prestígio, reconhecimento, respeito social, poder como capacidade de influir ou de decidir questões, cargos, territórios. Muito possivelmente o conflito do futuro será em torno da água e das fontes de energia. Em uma sociedade capitalista, tudo o que é escasso se torna fonte de riqueza. Por exemplo, quando a água se tornar muito escassa, irá se tornar objeto de negócios, mercadoria e fonte de riqueza. E quem tiver o controle sobre as fontes de água vai ter poder e riqueza.

O conflito normalmente está relacionado com interesses. O interesse é qualquer coisa que seja valorizada e seja tomada como objetivo por uma pessoa ou por um grupo. Esse conceito é muito importante porque ele está na base de toda a discussão da política e também da política pública. Quando se fala de conflito na Ciência Política, é conflito de interesses.

O interesse é alguma coisa que tem valor e que mobiliza a ação; pode ter uma natureza material ou ideal e pode ser objetivo ou subjetivo. O interesse material, como o nome bem diz, é o interesse relacionado a bens materiais. Pode ser a terra, petróleo, água, enfim aquilo que seja um bem de natureza material, que tem existência material ou que gere benefícios outros de natureza material, dinheiro, etc. Mas o interesse pode ser também de natureza ideal, ou seja: pode referir-se ao

¹⁷ RAPOPORT, Anatol.(1980) Lutas, jogos e debates. Brasília: Editora UnB.

domínio das ideias¹⁸, às concepções que as pessoas desenvolvem. Por exemplo, o conflito religioso origina-se de interesses ideais¹⁹.

Um conflito religioso como, por exemplo, o que existe contemporaneamente entre o Islã e o mundo ocidental, é um conflito que envolve interesses ideais. Ideal é simplesmente aquilo que se situa no campo das ideias. Sejam crenças religiosas, filosóficas, posições como a defesa da descriminalização do uso da maconha até determinadas convicções de natureza tradicional ou cultural, etc. O fato de um interesse ser “de natureza ideal” não exclui a possibilidade de que esteja associado a um interesse material.

Os interesses podem ser também subjetivos e/ou objetivos. Os interesses subjetivos são aqueles que nascem das características próprias do indivíduo, da sua personalidade, da sua experiência, do seu caráter, das suas preferências íntimas pessoais, das suas identidades. Tem a ver com a subjetividade de cada um.

Os interesses objetivos, por sua vez, não resultam das nossas escolhas pessoais. Os subjetivos sim, os objetivos não. Por exemplo, uma pessoa que tem uma vida profissional, suponha-se, na saúde ou na segurança pública, pode ter um entendimento próprio, uma opinião pessoal de que não se deve fazer greve porque pessoas podem perder a vida pela paralização desses serviços. Porém, o seu sindicato diz assim: “Os interesses da categoria implicam melhor valorização do trabalho, melhoria das condições de serviço”. Esses são os interesses da categoria profissional daquela pessoa. O sindicato defende os interesses da categoria, mas o interesse subjetivo daquela pessoa é completamente diferente disso. O interesse subjetivo resulta das crenças pessoais, sentimentos, análises que cada um faz, etc. Mas o sindicato defende o que são interesses objetivos da categoria (remuneração, jornada de trabalho, equipamento, capacitação, etc.), que aquela pessoa, subjetivamente, pode abraçar ou não.

Os interesses objetivos, têm existência anterior e externa à pessoa, à subjetividade de cada um. Eles atingem amplas categorias sociais, podem ser classes, podem ser categorias profissionais, podem ser comunidades territoriais, podem ser unidades étnicas. Eles nunca de originam de pessoas específicas, e existem mesmo que um ou vários membros de tais categorias ou classes, em nível

¹⁸ O ideal, aqui, não tem o sentido do senso comum da língua portuguesa que remete a uma coisa, estado, resultado ou situação que nós idealizamos como desejável para nós. Não é ideal no sentido que alguém diz: “O meu ‘ideal’ é isso assim, assim.”

¹⁹ Pode estar relacionado com ideologia, mas não se confunde com ela.

peçoal, não os abracem. Além disso, enquanto os interesses objetivos são permanentes, os interesses subjetivos vão mudando, tem a ver com projetos de vida até com as circunstâncias. É importante que se saiba que interesses objetivos e subjetivos não necessariamente coincidem, mas também não são obrigatoriamente dicotômicos – nenhum deles é objetivo ou é subjetivo, exclusivamente - pode haver momentos em que um interesse subjetivo e um objetivo coincidem.

O debate sobre conflito é - assim como a discussão sobre o conceito de poder - um dos grandes focos de controvérsias na Ciência Política. Existem várias teorias que tratam do conflito, que usualmente são agregados em dois conjuntos: as teorias que tratam o conflito como uma perturbação do equilíbrio e as teorias que tratam o conflito como o elemento desencadeador da mudança.

Discute-se, na Sociologia e na Ciência Política, o que é a natureza humana e o que é a vida coletiva. E surge uma pergunta aparentemente simples: vivendo em coletividade, sem controle algum externo a si próprio, o que o homem fará? Uma resposta é: "Se for deixado à sua própria conta²⁰, vivendo em coletividade, o homem irá cooperar, se acomodar, coexistir pacificamente". Essa ideia está na base das concepções de que a natureza humana é potencialmente pacífica, integrada, cooperativa, funcional. São suposições que levam às teorias do equilíbrio e da ordem.

É possível pensar, alternativamente, que se for deixado à sua própria conta, vivendo em coletividade, o homem entrará em conflito com seus iguais até um determinado ponto onde pode se destruir a própria vida em comum. Essas concepções da natureza humana como potencialmente destrutiva levam às teorias de conflito e mudança.

Para as teorias do equilíbrio e da harmonia, o conflito será sempre uma anomalia, uma perturbação, uma disfunção. Essas são, geralmente, teorias organicistas ou sistêmicas, que veem a sociedade e a vida social a partir de analogias com um organismo em funcionamento ou com um sistema em operação. Em um organismo em funcionamento, as partes têm que operar todas de forma integrada e sem nenhuma aresta, sem nenhuma divergência, porque senão o organismo morre. Do mesmo modo, as teorias funcionalistas ou sistêmicas dizem que cada parte da sociedade tem uma função a cumprir e quando essa função é cumprida adequadamente a sociedade opera em Estado de equilíbrio, quando alguma função deixa de ser cumprida, ocorre um desequilíbrio, ocorre uma distorção. Essas diversas teorias, têm um importante ponto em comum: todas elas pensam a sociedade como

²⁰ "Se for deixado à sua própria conta", significa não que o homem estará abandonado, mas que poderá decidir seus comportamentos em cada situação, sem restrições externas: leis, normas, aparatos de coerção, etc. Corresponde, na linguagem da Ciência Política significa estar "em estado de natureza"

uma situação de equilíbrio. Quando ocorre o conflito, ou é uma ruptura ou então uma situação de desequilíbrio. Essas teorias inclusive, trabalham com a ideia de que o sistema provê mecanismos para restaurar o equilíbrio. Algumas recorrem à ideia de homeostase: um mecanismo pelo qual o sistema opera para reconstituir a situação de equilíbrio quando esse é alterado por algum fator ambiental.

Resumindo: por definição, a sociedade operaria em situação de equilíbrio. Quando ocorre o conflito é porque esse equilíbrio foi rompido e a dinâmica da vida social vai buscar o seu restabelecimento; se isso não acontecer a sociedade se desintegra. Os maiores expoentes dessa vertente teórica foram Adam Smith, Augusto Comte, Émile Durkheim, Vilfredo Pareto, Talcott Parsons e Robert Merton.

Para as teorias do movimento e da mudança, ao contrário, o que é considerado normal, por vários motivos, é o conflito. A dinâmica da vida social baseia-se em conflitos de toda natureza: territorial, étnica, religiosa, de gênero, de orientação sexual, de disputa por bens econômicos, etc. Isso é característico da vida social. Só não haverá conflito se o homem estiver sozinho, portanto, fora do convívio social. Se houver vida em sociedade, haverá conflito. Portanto, o conflito é próprio da condição humana e da vida em sociedade. As situações aparentemente não conflituosas só ocorrem porque, mediante determinados mecanismos, o conflito pode ser mantido dentro de limites administráveis.

As teorias do movimento e da mudança, sustentam que o conflito é um elemento intrínseco à vida em sociedade, e é o grande fator de mudança social. Seus principais expoentes são Karl Marx (e todos os marxistas), John Stuart Mill, Ralph Dahrendorf e Alain Touraine, entre muitos outros

Por exemplo, Marx sustenta que é o conflito de classes que é o “motor da história”, ou seja, o elemento que desencadeia a mudança social.

Já Dahrendorf apresentou uma teoria na qual propôs que o fator explicativo do conflito social seriam as relações de poder e de autoridade, e não as relações econômicas de classe. O autor procurava explicar as causas pelas quais, apesar do conflito, a vida em sociedade se mantinha, e apresentou a “Teoria da coerção da integração social.” O autor argumentava que toda sociedade é uma estrutura contraditória e explosiva; toda sociedade está sujeita à mudança; todo elemento de uma sociedade pode contribuir para a mudança; a sociedade se conserva, porém, devido à coerção de uns membros sobre os demais.

Hoje a corrente dominante na Ciência Política entende que o conflito é intrínseco à vida em sociedade e que é impossível eliminá-los, mas é possível reprimi-los ou administrá-los.

Como se reprime? Pela aplicação dos instrumentos de coerção, ou seja, todos os instrumentos que façam com que se induza, se pressione, se constranja ou se oprima um grupo, um indivíduo, uma coletividade pela força ou pela ameaça do uso

da força. Não se trata somente da aplicação real e efetiva da força, é também a simples possibilidade de que venha a ser aplicada, a sua ameaça, que pode ser explícita ou implícita²¹, tudo isso vai estar no âmbito da coerção, que é o principal mecanismo para reprimir o conflito.

Na Ciência Política isso é tratado sob uma perspectiva institucional²², ou seja, da coerção aplicada com base na lei e por agentes legalmente investidos do poder para isso. O que pode ser feito, além disso, é administrar os conflitos, ou seja: fazer política, no sentido de negociação, composição de acordos, de alianças, de construção de alternativas ao conflito. A política, é na verdade o conjunto de instrumentos e procedimentos pelos quais, ao invés de se tentar resolver as coisas pela violência, pela coerção, se resolve pela negociação.

A ideia de procedimentos remete a outro conceito: consenso. Na Ciência Política especificamente, consenso tem um significado muito próprio: é um método de tomada de decisão.

Essa palavra, entretanto é muito usada com outras conotações. Por exemplo, numa questão de concurso passado, o examinador abriu a questão com um *caput* dizendo assim “*O consenso é um acordo generalizado existente na sociedade em torno de alguma coisa*”. Em uma outra questão, o examinador afirmou que “*O uso do termo “Consenso” em relação a uma determinada sociedade significa afirmar que*

²¹Por exemplo, é comum que as pessoas falem coisas pesadas sobre as outras quando se alteram. Se elas sabem que a lei pode puni-las por isso, elas tomam cuidado com o que vão falar. No Brasil, de algum tempo para cá, a justiça adotou a posição de que pais que se separaram não podem impunemente degradar a imagem do seu cônjuge junto ao filho, porque isso traz um prejuízo muito grande à criança. Hoje quando começa a ocorrer o conflito de família, os juízes advertem os pais que isso não pode acontecer e que, se eles fizerem isso, poderão ser penalizados. Então o que acontece? Qual é a reação das pessoas? Diante dessa ameaça, elas se contêm. A coerção é um dos instrumentos, um dos mecanismos pelos quais se reprime o conflito.

²²Embora a coerção não signifique somente a ação institucional legalizada, refere-se à aplicação da força ou a ameaça de aplicar a força para que se obtenha um determinado resultado, seja para impedir alguma coisa, ou seja, para obrigar alguma coisa. Quando o assaltante obriga uma pessoa a entrar em um carro, leva para um caixa automático e obriga atirar o dinheiro, ele está usando da força, está coagindo para obrigar a pessoa a fazer alguma coisa contra a sua vontade.

existe um acordo mínimo entre seus membros quanto a princípios, a valores, a normas, a objetivos comuns e aos meios para os atingir.”²³

Esse entendimento do consenso como um acordo tácito, difuso, é mais próprio da Sociologia, sendo também bastante presente no senso comum e na linguagem jornalística. No Dicionário de Política, encontra-se: “Na Ciência Política, consenso é um método de tomada de decisão”.

Pode-se dizer que as decisões políticas, hipoteticamente, podem obedecer a regras de unanimidade, ou de consenso, ou de maioria. Vale enfatizar, primeiro de tudo: consenso não é unanimidade.

A unanimidade significa que todos estão de pleno acordo com apenas uma das alternativas. A unanimidade tem uma característica numérica, significa que são todos, 100%, sem exceção. Trata-se de algo difícil de ser alcançado em sociedades diversificadas. Porém, no Brasil registra-se pelo menos o caso do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que decide por unanimidade²⁴. Qual o grande problema da regra de unanimidade? Cada um dos votantes torna-se dotado de enorme poder de veto, pois basta que um deles discorde para que se chegue a um impasse e a decisão não seja tomada.

²³(Questão da extinta ESAF, Concurso Gestor)Q. 61- O uso do termo “Consenso” em relação a uma determinada sociedade significa afirmar que existe um acordo mínimo entre seus membros quanto a princípios, a valores, a normas, a objetivos comuns e aos meios para os atingir. Indique qual das afirmações abaixo está **incorreta**. GABARITO: Letra b

a) O Consenso favorece a cooperação e contribui para que a comunidade supere situações adversas, tais como catástrofes e guerras.

b) O Consenso torna dispensável o uso legítimo da violência pelo Estado em situações controversas.

c) A existência de grupos étnicos, lingüísticos ou religiosos, portadores de cultura própria dificulta mas não impede o estabelecimento de Consenso em uma comunidade.

d) Transformações sócio-econômicas estruturais e inovações tecnológicas, que criam necessidades e expectativas para os diversos segmentos sociais, acentuam os limites das instituições e envolvem a possibilidade de afetar o Consenso pré-existente.

e) Nos regimes autoritários, as divergências são mantidas na clandestinidade, levando o observador a superestimar o Consenso em relação a valores e princípios.

²⁴SCAFF, FERNANDO F. “A INCONSTITUCIONAL UNANIMIDADE DO CONFAZ E O SURPREENDENTE CONVÊNIO 70” CONSULTADO EM [HTTP://WWW.CONJUR.COM.BR/2014-AGO-12/CONTAS-VISTA-INCONSTITUCIONAL-UNANIMIDADE-CONFAZ-CONVENIO-70](http://www.conjur.com.br/2014-ago-12/contas-vista-inconstitucional-unanimidade-confaz-convenio-70).

Justamente porque a unanimidade é tão difícil de ser obtida que se utilizam procedimentos de consenso ou de maioria.

Enquanto método de tomada de decisão, o consenso resulta de uma negociação entre as partes. Mas isso não significa que seja um meio-termo entre as posições divergentes.

Suponha-se que existem três diferentes propostas para a solução de um problema e os atores envolvidos não conseguem concordar com nenhuma delas, estão sempre divergindo, seja em torno de grandes questões ou de pequenos detalhes. A decisão pode chegar a um impasse. Então, uma vez que os atores interessados busquem uma solução no processo de negociação, é possível que apareça uma alternativa como: *“E se em vez de continuar insistindo nessas três alternativas, fosse possível pensar em uma outra possibilidade, completamente diferente?”* Essa possibilidade não é meio termo, ela resulta de uma construção que se fez a partir de muita negociação e ela pode representar um ponto ótimo para todos os atores. Ou seja: cada um dos atores, avaliando a nova proposta à luz do seu interesse próprio, acaba concluindo que não pode ganhar tudo, mas também não perderá tudo, ganhará bastante, embora não seja a sua alternativa favorita. Isso é possível justamente porque essa nova possibilidade não é um meio termo entre as três anteriores, *é uma nova alternativa, que foi inventada como consequência do processo de negociação entre as partes.* Isso é construção de consenso, enquanto método de tomada de decisão. É por isso que se diz que “A política é a arte do possível”. Essa “arte do possível” não significa a arte daquilo que é possível por já estar posto, por já estar dado. Significa que é a arte de construir possibilidades, de modo a resolver divergências.

O que é a alternativa ao consenso? É a votação, segundo uma regra de maioria²⁵. De fato, quando não se consegue construir um acordo, o que se faz? Põe-se as alternativas em votação, contam-se os votos e vence a que obtiver mais adesões. Quando se coloca uma decisão em votação, significa que não foi possível o consenso e que claramente haverá quem vai ganhar (a maioria) e quem vai perder (a minoria). Ou seja: não foi possível chegar a uma solução para que todos saíssem ganhando alguma coisa e haverá perdedores. Quem insistiu na posição que

²⁵ Vale lembrar que foi John Locke, no Segundo Tratado sobre o Governo, que propôs que a regra legítima para a tomada de decisões políticas fosse a regra da maioria. A regra da maioria também foi defendida pelos utilitaristas, que sustentavam que, para ser legítimo, um governo deveria promover “a maior felicidade do maior número”

imaginava ser vencedora, pode não conseguir a adesão da maioria e perderá muito mais do que teria que ceder caso tivesse negociado uma solução consensual.

Nas decisões por maioria é preciso definir o que será considerado maioria. Para isso existem diversos critérios, o que dá origem a vários tipos de maioria. Pode-se ter a chamada “maioria simples” ou “maioria relativa”, que significa que vence a alternativa que obtiver o maior número de adesões, mesmo que esse número represente uma fração muito pequena do todo. Numa decisão por votação, se forem muitas as alternativas em jogo e as preferências forem muito fragmentadas, os votos podem se pulverizar de tal maneira que a alternativa que obtiver o maior número de adesões pode representar um percentual ínfimo.

Isso traz um grande problema político: o tamanho da minoria. O quão numerosa pode ser uma minoria para que os seus interesses possam ser legitimamente desprezados? Essa é uma grande questão na Ciência Política, e é uma grande questão na democracia. Se, numa votação, a alternativa vencedora tiver relativamente poucas adesões, dependendo do grau de conflituosidade da questão em votação, poderão ocorrer problemas de legitimidade porque a minoria será enorme, várias vezes mais numerosa que a própria maioria.

A “maioria absoluta” pode ser definida, grosso modo, como “metade mais um”²⁶.

Finalmente, existem as maiorias qualificadas²⁷ que se compõem de dois terços, três quintos, etc. variando em cada circunstância prevista em lei. A maioria qualificada é aquela que tenta se aproximar o máximo possível dessa situação de consenso, sendo geralmente usada em questões muito conflituosas, por exemplo, a votação de Ementas Constitucionais no Brasil exige maioria qualificada porque são questões estruturantes²⁸. Quanto mais conflituosa for questão em jogo, maior é a tendência a se buscar maiorias bem amplas, como forma de legitimar as decisões.

²⁶ Grosso modo, porque mais preciso seria dizer “metade, mais o primeiro número inteiro que vier em seguida”.

²⁷ No Direito, **maioria qualificada** é uma situação onde o total de votos em uma opção é maior que a metade do total de votos possível, ou seja, não se faz a distinção entre a maioria absoluta e as maiorias de 2/3, 3/5, etc.

²⁸ Segundo a Constituição Federal de 1988, para aprovar uma emenda constitucional no Brasil são necessários 3/5 dos senadores e deputados em dois turnos de votação.

3. PODER: PODER POLÍTICO

Além do conceito de conflito, outro conceito fundamental na Ciência Política é o de poder. O poder pode ser considerado uma capacidade. Como tal, vai aparecer em alguns teóricos da Ciência Política, principalmente nas discussões dos contratualistas, como ponto de partida para a construção do argumento do contrato. Mas não somente entre eles. Gerard Lebrun e Julien Freund falam em “força” como capacidade, por exemplo, de um sindicato para deflagrar uma greve, de um partido político para mobilizar eleitores, etc.

O poder significando “capacidade” refere-se à possibilidade de realização de diversas ações destinadas a satisfazer necessidades ou atender interesses, partindo desde o nível dos indivíduos até as organizações²⁹. O poder como capacidade é o que existe no nível mais básico da existência dos indivíduos; é um pressuposto, algo tomado como dado, porque todo ator tem alguma capacidade.

Mas o poder, no sentido que interessa a Ciência Política, não é uma capacidade, é uma relação. Mais precisamente, poder é a característica de uma relação entre dois ou mais sujeitos, na qual um impõe aos outros a sua vontade e muda o comportamento desses outros, mesmo que haja resistência³⁰.

Por exemplo, se numa relação A tem poder, e B não tem, ou tem menos poder: B teria um comportamento numa determinada direção se estivesse sozinho, mas na presença de A, ele se comporta na outra direção, desejada por A. Ou seja, existe uma relação de poder quando A é capaz de mudar o comportamento de B, mesmo que B não queira, portanto, poder inclui obediência e, ao menos potencialmente, conflito.

²⁹ Por exemplo, uma pessoa sente sede, e é capaz de pegar um copo e beber água. Uma pessoa pode andar e chegar onde deseja ir, mas há pessoas que não conseguem executar esses gestos simples. Um professor que ministra aulas, tem essa capacidade porque tem voz e tem o conhecimento a ser transmitido, por isso, ele possui um poder que é uma capacidade.

³⁰ Segundo PARSONS, Talcott (1969), “On the concept of political power” IN Politics and Social Structure, o poder consiste em obter que os membros de uma coletividade cumpram obrigações legitimadas em nome de objetivos compartilhados e permite, eventualmente, que os recalcitrantes sejam obrigados mediante a aplicação, ou ameaça de aplicação, de sanções negativas. PARSONS, Talcott (1969), “On the concept of political power” IN Politics and Social Structure. New York: Free Press.

Essa consideração permite entender que o poder é relacional, envolve coerção (e violência potencial), possui caráter hierárquico, não igualitário e não está disponível a todos. Na realidade, o poder que um ator possui é a contrapartida do fato de que outro ator não o possui e, por isso, está obrigado a obedecer.

Examinando as características do poder, é possível sustentar que o poder é:

- (1) relacional, porque envolve conflito e coerção entre dois ou mais sujeitos;
- (2) assimétrico, porque envolve comando e subordinação;
- (3) relativo, porque depende do contexto: os sujeitos envolvidos na relação, a esfera de atividade e o momento em que se dá a relação;
- (4) mensurável, porque sendo exercido ou omitido, produz consequências perceptíveis;
- (5) intencional, sendo exercido com objetivos específicos; não neutro, nem na ação nem na omissão, expressando interesses e preferências..

O poder implica capacidade de imposição, de mudança de comportamento e de obter essa mudança mesmo que haja resistência, que é o conflito.

O conflito em relação ao poder é visto como uma possibilidade. Ao falar de poder político, não se pode entender o poder político somente como coerção, mas também como influência. O fato de alguém ser capaz de exercer influência não é desprovido de conflito. A influência significa que alguém teria em uma determinada trajetória de comportamento, mas porque um determinado sujeito dispõe de determinados recursos, esse ator muda o seu comportamento, não precisa da coerção.

Eventualmente essa mudança é de baixo teor conflitivo porque é uma mudança pequena. Suponha-se que "A" tenha mais poder, "B" tenha menos poder³¹. E que exista um *continuum* de vários graus de diferença entre o que "A" quer e o que "B" quer. Ou que "A" quer realizar a alternativa "x" e "B" quer "y", que são posições antípodas. Por isso, muito possivelmente haverá conflito.

Suponha-se alternativamente que ao invés de "B" estar numa posição antípoda em relação a "A", esteja praticamente ao seu lado, com uma preferência ligeiramente distinta. Nesse caso, não deverá haver motivo de grande conflito, é só uma questão

³¹É melhor pensar em termos relativos do que em termos absolutos, porque são bastante raras as situações de alguém não ter poder algum. de alguma forma, cada ator sempre tem algum poder.

de aproximação, só um ajuste. Portanto, as perdas que "B" terá que enfrentar não são suficientes para leva-lo ao ponto de se confrontar com "A". Porque o confronto sempre impõe muitas perdas. Então, os indivíduos evitam isso, eles podem divergir, mas evitam entrar em conflito propriamente dito porque não estão dispostos (ainda) a arcar com as perdas.

Agora suponha-se que as posições são mesmo antípodas, completamente contrárias: "B" quer estar em uma posição, mas "A" quer que ele mude radicalmente. Nessa situação, se "B" percebe que a mudança lhe trará uma grande perda, e entende que tem alguma possibilidade de vencer "A", então, resolve resistir e lutar pela sua posição. Quando isso acontece, torna-se difícil uma acomodação, porque vale mais a pena para "B" enfrentar "A" do que se acomodar. Isso ocorre porque a acomodação representa uma perda certa e total para "B", enquanto a resistência oferece, no mínimo, uma possibilidade de algum ganho, de fazer com que "A" retroceda um pouco e se veja forçado a negociar com "B". Se isso acontecer, então, haverá uma acomodação.

Apesar de toda essa discussão, tinha razão Max Weber³² ao sustentar que o conceito de poder é amorfo, porque o seu enunciado não define suas características. Por isso é que quando se fala em poder (substantivo) segue-se geralmente um adjetivo: poder "econômico", poder "militar", poder "político", poder "religioso", etc. Buscando entender melhor o fenômeno do poder, diversos autores elaboraram tipologias³³.

A tipologia clássica usa duas variáveis. O foco está no fundamento do poder, que é de onde ele se origina, e quem se beneficia do poder. Assim, tem-se o poder paterno que tem como fundamento a natureza, é um poder de origem biológica e exercido em favor dos filhos. O poder despótico que é fundado na probabilidade de castigo, de punição pesada pela desobediência, na verdade o poder despótico é fundado no medo sendo exercido em favor do senhor, daquele que possui o poder. O poder político, fundado no consenso, no acordo entre as partes e exercido tanto em favor do governante, quando dos governados.

³²WEBER, Max.(1981) **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

³³As tipologias são procedimentos usados na ciência para caracterizar, diferenciar e identificar situações a partir de determinadas variáveis, criando-se categorias ou tipos com base nessas variáveis.

Norberto Bobbio³⁴, ao discutir o conceito de poder, no Dicionário de Política, sustenta que essa tipologia é insatisfatória porque não contempla a especificidade do poder político, tratando-o como se fosse despido de conflito.

Existem diversas objeções a essa tipologia. Primeiramente, à ideia de que o poder político é exercido tanto em favor do governante quanto dos governados. Para defender tal concepção, o poder político seria somente aquele que se observa em sociedades democráticas, porque o poder político beneficiaria a todos e não a um só. Se assim não fosse, nessa tipologia, não seria poder político, mas sim poder despótico. Ocorre que já se sabe que o poder político pode ser despótico também. Segundo essa ideia de que o poder político é baseado em consenso, em um acordo generalizado, enquanto o poder despótico é baseado no conflito, senão não teria desobediência. É possível argumentar, por um lado, que esse suposto consenso não expressa corretamente o poder político e, por outro lado, que ficaria impossível saber que tipo de poder existiria nas sociedades fortemente conflituosas.

Diante das insuficiências da tipologia clássica, Bobbio prefere uma tipologia na qual as variáveis são os meios de exercício do poder.

Tem-se, então, o poder econômico que se exerce a partir do controle dos recursos materiais, mediante a aplicação de recursos e retribuições, em troca da obediência. O poder econômico pode ser exemplificado em uma relação entre patrão e empregado. O patrão tem o controle dos recursos produtivos e da retribuição material, que é a remuneração que o empregado recebe pelo cumprimento de determinadas atividades ou tarefas.

Tem-se, ainda, o poder ideológico, se baseia na influência das crenças, das ideias e dos valores associados a essas crenças e na possibilidade da aplicação de castigos e recompensas, mesmo que apenas simbólicos. O poder ideológico baseia-se no que é simbólico, no que é reputacional³⁵. Em uma sociedade não racionalizada, na qual os indivíduos acreditam muito no sagrado, no divino, isso pode ser uma ameaça terrível. Por isso se diz que é um poder ideológico, porque algumas pessoas vão mudar o seu comportamento em razão de uma ideia ou de uma crença.

Finalmente, o poder político é o que se baseia na possibilidade real e latente da aplicação da violência. O poder político é caracteristicamente vinculado à

³⁴BOBBIO. Norberto (2010). Dicionário de Política. Brasília. Ed. UnB

³⁵ Por exemplo, algum tempo atrás, no Brasil, um bispo excomungou um juiz que permitiu que uma jovem que tinha engravidado por estupro fizesse aborto. Excomungou o juiz que autorizou, excomungou o médico que realizou, etc. É um poder ideológico, depende das pessoas acreditarem na excomunhão, acreditarem que existe um céu e um inferno e acreditarem que uma determinada pessoa é capaz de condenar alguém a uma punição dessa natureza.

possibilidade da violência. Possibilidade significa potencial, não quer dizer necessariamente aplicação concreta e efetiva da violência, mas não a exclui. A violência significa a ameaça ou aplicação efetiva de sanções físicas (privação da liberdade ou de imposição de tarefas a serem cumpridas, ou privação de direitos).

Por exemplo, é óbvio que, quando um indivíduo paga o seu Imposto de Renda, não o faz sob a pressão de um medo pavoroso, de um pânico. Mas é claro para ele e para todos os demais que, se atrasar sofrerá uma multa, se ele se esquecer por um tempo longo, sofrerá outras sanções: não poderá ser contratado no serviço público, não poderá comprar moeda estrangeira, etc. E, se permanecer sem pagar após ter recebido uma notificação da Receita Federal, estará sujeito a um processo judicial e poderá até mesmo ser preso por sonegação de imposto. Isso é o componente da violência, que frequentemente parece abstrato e longínquo, mas tem uma existência muito real. Pensando de uma forma não tão pontual, não tão imediata, é possível perceber que lá no fundo, depois de todas as outras coisas, de fato está a ameaça ou a aplicação efetiva das sanções físicas e isso é o que caracteriza o poder político.

Max Weber, no final do texto "A Política como Vocação"³⁶ diz claramente: "*Não vamos nos enganar. Pelo menos desde os Upanishades sabemos que a política e o poder político estão associados ao exercício da violência.*"³⁷

É importante ter isso claro, o poder político pode se exercer de diferentes maneiras, pela persuasão, pela negociação, por uma porção de mecanismos e procedimentos, mas em última instância está presente a possibilidade da violência. A possibilidade de recorrer à força distingue o poder político das outras formas de poder. Não significa que ele será sempre exercido pelo uso da força. Muito ao contrário. Tão mais eficaz será o poder político, quanto menos necessidade houver de aplicar, de fato, a força. A possibilidade de uso da força, portanto, é uma condição necessária mas não é suficiente para a existência do poder político.

Os indivíduos raramente se dão conta do quanto obedecem, do quanto a sua vida cotidiana se rege pela obediência: dirigem carros de acordo com as leis de trânsito, param nas vagas onde podem estacionar, param no sinal vermelho, param nas faixas de pedestres, pagam impostos, etc. Obedecem sem se dar conta porque já internalizaram três coisas. Primeiro, é melhor ter regras do que não tê-las, ou seja: ordem é melhor que caos. Segundo, determinadas regras de fato são boas para todo mundo. É essencial que haja uma convicção generalizada de que certas regras são boas para todo mundo. Terceiro, os indivíduos internalizam a ideia de

³⁶WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. A política como vocação. São Paulo: Cultrix, 1970.

³⁷*Upanishades* são os livros sagrados dos hindus, datados de mais de 5.000 anos atrás.

que se não obedecerem, o custo a ser pago será muito elevado, ou seja, tem punição.

Outro aspecto a levar em conta é que o poder político não é só o poder do Estado. Existe o poder do Estado e existe o poder político. Podem se encontrar ou não. Por exemplo, em uma sociedade democrática o poder político está muito mais concentrado na sociedade, nos atores da sociedade do que estritamente no Estado.

Além disso, o poder político não é homogêneo. Os atores políticos são inúmeros e cada ator político pode exibir lógicas próprias de comportamento, interesses próprios e recursos de poder próprios, além de ter diferentes habilidades no uso desses recursos.

Na realidade, tudo depende dos elementos de exercício do poder. Quais são eles? Os recursos de poder, as habilidades no exercício do poder, os modos de exercício e finalmente as atitudes em relação ao poder.

Os “recursos de poder” são um conceito muito importante porque frequentemente se imagina que, em certas situações, os atores seriam desempoderados; ou que haveria imensas assimetrias no exercício do poder...e a análise das situações de fato mostram realidades bastante diferentes.

É especialmente tentadora a suposição de que o principal poder é o econômico ou que é um poder baseado nos instrumentos de uso da força, o poder armado, o poder militar, o poder policial. De fato, esses são importantes recursos de poder, mas existem outros: informação (quem tem informação pode mais numa relação de poder do que quem não tem); conhecimento é recurso de poder, prestígio é recurso de poder e nós vemos muito claramente como o prestígio é recurso de poder, popularidade é recurso de poder, pertencimento a redes sociais, reputação, etc.³⁸

³⁸ Por exemplo, estar no exercício de uma atividade que é estratégica em uma sociedade, pode ser um enorme de um recurso de poder. Muitas vezes um grupo pode estar desempenhando uma determinada atividade que aparentemente não tem muita visibilidade, não tem um prestígio tão grande, mas que de repente se transforma em um grande recurso de poder, como caminhoneiros – que são capazes de parar um país – ou operadores de controle de voo em aeroportos, ou os responsáveis pelo funcionamento dos sistemas informatizados de telecomunicações ou do sistema financeiro.

Os recursos de poder são definidos por Silva (2013, não paginado)³⁹ como “a forma pela qual os diferentes grupos políticos – estatais ou societários – usam sua capacidade política de ação e uma gama diferenciada de recursos para influenciar a formação da agenda do Estado e para participar das arenas decisórias (...), de modo a viabilizar a concretização de seus interesses políticos, econômicos e sociais”. Compreendem recursos financeiros, posições de autoridade, capacidade de mobilização política, reputação, vínculos com outros atores relevantes, habilidades estratégicas, conhecimento, informação, etc.

Silva sustenta, ainda, que os recursos de poder dos atores políticos podem ser analisados a partir de três dimensões:

(1) Áreas específicas em que atuam, considerando especialmente suas características setoriais sob uma perspectiva que ultrapassa aspectos meramente administrativos. As áreas setoriais possuem dinâmicas e agendas próprias e envolvem atores com recursos completamente diferenciados. Essas áreas de atuação definem a forma predominante de organização dos interesses e os objetivos dos atores.

(2) Capacidade de ação, definida pelo tipo e pela importância dos recursos de que cada ator dispõe e que podem estar associados a indivíduos, grupos ou organizações, como: recursos institucionais, tecnológicos, gerenciais, financeiros, ideológicos e midiáticos. Essa capacidade deve ser analisada no âmbito de cada arena setorial do complexo estatal e de suas interligações com a sociedade.

(3) Direção da ação dos atores na arena decisória, que descreve as formas de interação possíveis entre os atores participantes de cada arena setorial sempre que uma determinada questão de política pública é objeto de disputa.

Portanto, recurso de poder é tudo aquilo que qualquer ator seja individual, seja coletivo é capaz de utilizar como elemento de pressão para que seus interesses sejam atendidos. Ou seja, os recursos de poder não se limitam à riqueza, dinheiro,

³⁹SILVA, Pedro Luiz Barros. Verbetes “Recursos de Poder”. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: FUNDAP, 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Verbetes/234>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

bens materiais, ou algo do gênero. A possibilidade de impedir, de causar dano, tudo isso representa recurso de poder.

Outro importante elemento são as habilidades no uso dos recursos de poder. Isso é essencial, pois tem determinados atores que têm recursos de poder aparentemente muito limitados, mas que são dotados de tal habilidade estratégica que fazem com que aquilo leve ao que lhes interessa. Tem outros atores que têm grandes recursos de poder, mas que são muito inábeis. E sem habilidade no uso dos recursos de poder, esses recursos se perdem.

Os modos de exercício do poder também importam. Pode-se exercer o poder de diferentes maneiras, não necessariamente pela aplicação da força, da violência física.

Uma delas é a persuasão, no sentido argumentativo, baseando-se na capacidade de convencer os outros atores de que um determinado ponto de vista ou proposta é o melhor e que deve ser abraçado por todos. Outra forma de persuasão pode ser observada nos arranjos clientelistas, quando se favorece as pessoas de tal maneira que elas ficam devedoras, ficam propensas a aderir a uma proposta ou uma ideia seja pela simpatia, pela identificação, ou pelo receio de perder benesses.

A manipulação é uma outra forma de exercício do poder, ocorrendo quando um ator, tendo conhecimento dos interesses, dos desejos e das aversões dos outros atores, é capaz de jogar com isso, inclusive jogando os atores uns contra os outros. Getúlio Vargas frequentemente usava essa forma de exercício do poder: jogava as forças políticas uma contra as outras de tal maneira que elas se fragilizassem e ele obtivesse aquilo que queria.

Promessas são literalmente promessas, algo como: "faça o que eu quero e em troca atenderei o seu pedido". A ameaça também é uma promessa, só que é uma promessa negativa, de prejudicar alguém caso não concorde ou apoie quem tem o poder. Portanto, promessas e ameaças têm natureza semelhante: ambas referem-se a alguma coisa que pode ser feita positiva ou negativamente no momento futuro em troca da adesão, da obediência.

As atitudes dos subordinados ou dos comandados são o elemento central das relações de poder, pelo fato simples de que alguém só obedece quando reconhece a capacidade de mando de quem ordena. Seja pela manipulação, persuasão, promessas e ameaças, se a ordem dada por "A" não impressiona "B", o primeiro será ignorado. Ou seja: é essencial que aqueles que são comandados tenham certo reconhecimento da capacidade e dos recursos de poder de quem comanda; que tenham percepções a respeito do que faz e do que pode fazer aquele que ordena; que formem expectativas e sejam capazes de prever: "Se nós não fizermos o que foi ordenado, o que "A" poderá fazer?" É a partir da previsão das consequências de obedecer ou desobedecer que os comandados decidem como se comportarão.

Finalmente a conflitualidade do poder: até que ponto se pode dizer que o exercício de todo poder político é conflituoso? Norberto Bobbio afirma que: "O conflito é intrínseco ao exercício do poder."⁴⁰

A definição do poder como a capacidade de impor a obediência, a despeito de eventuais resistências indica que potencialmente o conflito está presente, já que alguém pode resistir e negar-se a obedecer. Isso não quer dizer que a todo tempo o exercício do poder será acompanhado pelo conflito.

O que é que afeta a presença do conflito nas relações de poder? Primeiro, depende dos modos específicos pelos quais o poder é exercido. A manifestação do conflito depende primeiramente do modo de seu exercício: se o poder é exercido com imperatividade ou com persuasão, como negociação. Segundo, depende do antagonismo das vontades, que pode ser definido como a distância entre o que foi ordenado por quem comanda e o que é preferido por quem deve obediência. Quanto maior a distância, maior a conflitualidade do poder, quanto menor a distância, mais se torna possível haver acomodação, etc. O terceiro fator de conflitualidade do poder é o ressentimento resultante da desigualdade de recursos. É ressentimento mesmo, porque quando as posições de quem nada e de quem obedece são desiguais demais, o subordinado percebe sua posição como vulnerável e reage ao fato de não ter alternativa devido à sua vulnerabilidade⁴¹.

Para Norberto Bobbio, existem diferentes níveis de consolidação do poder político. Não são tipos, mas propriamente níveis de consolidação.

O "poder potencial" seria a capacidade de um sujeito influir e determinar o comportamento de outros. Esta capacidade depende de uma combinação adequada entre os recursos de poder, as habilidades no seu uso, as possibilidades de dispor dos modos de exercício do poder e as atitudes dos subordinados.

O nível seguinte define-se como "poder estabilizado", que ocorre quando um sujeito (A) executa continuamente ações de poder sobre um ou mais sujeitos (B) tendo como resultado constante a realização dos comportamento pretendidos por (A). Expressa-se como uma relação duradoura de comando e obediência.

⁴⁰BOBBIO. Norberto (2010). Dicionário de Política. Brasília. Ed. UnB

⁴¹ Por isso que em política não se deve criar uma situação que o adversário não tenha saída. Essa é uma regra muito importante, existem disputas, divergências, interesses contrapostos e tudo vai ser discutido, mas deve se evitar a todo custo deixar o adversário que tem menos poder numa posição que ele não tenha uma alternativa, senão ele não terá outra solução além do enfrentamento.

Finalmente, existe o “poder institucionalizado”, que ocorre quando o poder estabilizado se articula em uma pluralidade de funções claramente definidas e estavelmente coordenadas entre si: governo, administração pública, etc.

4. MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PODER

A discussão sobre poder político direciona boa parte do debate na Ciência Política e dá origem a algumas das suas principais clivagens teóricas. Grosso modo, são três as principais correntes teóricas que exploram as relações de poder entre os atores na vida social como um todo: o elitismo, o marxismo e o pluralismo.

Essas abordagens dizem respeito à configuração assumida pelas relações de poder, a saber: se o poder é concentrado ou disperso; quem tem poder sobre quem; quem tem mais e quem tem menos poder; qual é a origem do poder; o que é que o poder expressa; como a distribuição do poder afeta as decisões públicas. Cada uma dessas abordagens corresponde a um verdadeiro paradigma de análise política, partindo de premissas, definições e métodos diferentes para alcançar conclusões também distintas.

A teoria pluralista sustenta que, no ponto de partida de qualquer processo político, os atores não são iguais, mas são equivalentes. Ou seja, não há privilégios nem assimetrias que garantam que qualquer interesse seja vitorioso enquanto não se concluir o jogo político e quaisquer atores têm chances reais de obter a decisão que lhes for mais favorável. Os indivíduos se organizam em grupos, que agregam os diferentes interesses. O poder político é amplamente fragmentado entre muitos e diferentes indivíduos e grupos, já que os recursos de poder são muito variados e a habilidade no seu uso é decisiva para o resultado da disputa política. Nesse modelo, o Estado é tido como neutro e o resultado do processo decisório depende, então, da capacidade e da disposição de cada ator para articular seus recursos de poder, identificar suas alianças de ocasião (baseadas em interesses tangenciais – que se aproximam discretamente, apenas em um ponto) e enfrentar a disputa em defesa de seus interesses.

Entre as décadas de 1950 e 1970, os autores que defendiam a teoria pluralista envolveram-se em um acirrado debate teórico com outros, que rejeitavam a hipótese da neutralidade do Estado, e de qualquer suposição de que o jogo político estivesse “em aberto”.

Uma das teorias que confrontou o argumento pluralista foi o elitismo, que defende a ideia de que os resultados do jogo político são previamente definidos no horizonte dos interesses preferenciais das elites que controlam os recursos organizacionais da sociedade. As elites, porém, competem entre si. E, nessa competição pelo controle de recursos de poder, eventualmente, certas elites podem procurar conquistar o apoio da massa que, nesse caso, passa a influir, em certa medida, no processo político.

Para o elitismo, as decisões políticas são produto das preferências e valores impostos pelas elites dirigentes (governamentais e sociais) que filtrariam as demandas, apenas admitindo debater e decidir sobre questões que não representem ameaças aos seus interesses. As interações envolvem a competição entre as elites e a cooptação das lideranças das massas, a fim de acomodar o potencial conflito.

Analisando essas duas perspectivas teóricas, Ham & Hill⁴² assinalam que a divergência entre elitistas e pluralistas poderia ser exemplificada pelas palavras de Robert Dahl⁴³ (1958, p. 469): “*A evidência acerca da existência de uma elite dominante, seja nos Estados Unidos ou em qualquer outra comunidade específica, que eu saiba, não foi ainda adequadamente examinada*”.

Os alvos das críticas de Dahl foram, particularmente, aos autores Floyd Hunter⁴⁴ e C. Wright Mills⁴⁵, que afirmavam haver uma elite dominante nos Estados Unidos. Hunter alegava que o poder político estava nas mãos de poucos líderes políticos numa determinada cidade americana, enquanto Mills entendia que existia uma elite do poder na sociedade norte-americana como um todo, formada por militares, corporações e agências estatais. Em sua crítica, Dahl sustentou que as conclusões desses autores sobre a existência de uma elite politicamente dominante eram precipitadas, insuficientes e inadequadas. E que o único modo de avaliar se, de fato, há ou não uma elite dominante seria por meio da investigação das decisões públicas efetivamente tomadas e do teste da hipótese da prevalência das preferências dessa elite, em detrimento de outros grupos.

Em 1957, no artigo “The Concept of Power”, Dahl (p. 203) definiu o termo “poder” nos seguintes termos: “*A tem poder sobre B na medida em ele pode levar B a fazer algo que, de outra forma, não faria*”. Essa formulação aponta importantes características do poder, segundo o autor: (i) o poder é relacional, ou seja, ocorre

⁴²HAM, Christopher; HILL, Michael. *The Policy Process in the Modern Capitalist State*. 2. ed. Harvester Wheatsheaf, Londres, 1993.

⁴³ DAHL, Robert A. A Critique of the Ruling-Elite Model. *American Political Science Review*, v. 52, n. 2, p. 463-469, jun. 1958.

⁴⁴ HUNTER, Floyd. *Community Power Structure*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953.

⁴⁵ MILLS, C. Wright. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

em uma relação entre atores políticos; (ii) deve ser analisado em situações em que os atores divergem quanto às suas preferências; (iii) os atores que exercem o poder são aqueles cujas preferências prevalecem em conflitos sobre questões políticas cruciais; e (iv) o poder só pode ser estudado a partir de decisões concretas. Ham& Hill (1993, p. 93) destacam que, segundo a concepção de Dahl, *"É preciso um estudo cuidadoso destas decisões antes que a distribuição de poder possa ser descrita adequadamente"*.

Mais tarde, em 1961, Dahl indagava: "Quem Governa?" ("Who Governs?")⁴⁶. E, a partir de um estudo empírico da cidade norte-americana de New Haven, afirmava que as desigualdades entre os atores quanto aos recursos de poder não eram cumulativas. Ao analisar as mais relevantes decisões tomadas e o padrão de liderança política o autor concluiu que a cidade mudou, de 1780 a 1950, de uma oligarquia⁴⁷ para um "pluralismo". O estudo das decisões relativas à política de desenvolvimento urbano, educação pública e à escolha de candidatos a cargos políticos mostrou que o poder estava disperso por toda a coletividade. Assim, apesar de poucos atores influenciarem diretamente as decisões públicas, a grande maioria podia influir indiretamente por meio do voto.

Em sua apreciação da teoria pluralista, Ham& Hill sugerem que os pluralistas presumiriam que os interesses dos indivíduos são exatamente aquilo que eles manifestam, podendo ser constatados pela *"ação ou inação políticas"* (Ham& Hill, 1993, p. 101). Entretanto, os autores reconhecem duas dificuldades originadas dessa definição. Primeiro, de fato existem ocasiões em que as pessoas parecem atuar (ou não atuar) contrariamente a seus próprios interesses⁴⁸. E segundo, se os interesses expressam preferências e existe um consenso em torno delas, não há porque imaginar que esse consenso não seja verdadeiro. Em outras palavras, a concepção liberal de interesses que fundamenta o pluralismo não prevê a possibilidade de haver um falso consenso. Em virtude disso, autores como Nelson

⁴⁶ DAHL, Robert A. *Who Governs?* New Haven: Yale University Press, 1961.

⁴⁷ Literalmente, significa um *"governo de poucos"*, ou seja, um governo no qual poucos indivíduos detêm o poder de decisão e de mando. Aristóteles dizia que a oligarquia nada mais era que uma forma degenerada da aristocracia, que equivale, nesse autor, ao *"governo dos melhores"*, um governo em que o mérito é o critério que define quem ocupa o poder e governa a sociedade.

⁴⁸ Os autores citam o exemplo, dado por Polsby (1980), de varejistas que não conseguem se opor a planos de reestruturação urbana que prejudicariam seus negócios.

Polsby⁴⁹ tentaram identificar formas de distinguir interesses “subjetivos”, “não manifestos” de interesses “objetivos”, “reais” ou “expressos”.

Ham & Hill sustentam que Dahl reconheceu que o método de análise de decisões, por ele proposto, para averiguar se existiria ou não uma elite dominante poderia não funcionar em regimes ditatoriais, por neles não serem permitidas a discordância e a expressão de opiniões contrárias às do regime. Para Dahl, ou o consenso é perene e não se pode determinar quem governa e quem é governado, ou o consenso é transitório e questões (“*issues*”) concretas podem ser estudadas com o objetivo de definir quais grupos conseguem fazer com que as suas preferências sejam aceitas pela sociedade. Nas palavras do autor (1961, p. 164), “*os líderes não reagem meramente às preferências dos eleitores; eles também modelam preferências*”.

A trilha aberta pelo questionamento sobre tipos de interesses veio a dar origem a diversas contribuições visando esclarecer as relações de poder. Uma delas provém dos estudos de Steven Lukes⁵⁰, que formulou um novo conceito de poder, chamado a “terceira face” do poder. Para o autor, um grupo dominante seria capaz de criar e manter um falso consenso, modelando as preferências dos indivíduos a fim de impedir não somente a manifestação dos conflitos abertos, como também dos conflitos encobertos. Sob essa perspectiva, “*a forma mais efetiva e insidiosa de uso do poder é impedir (...) que o conflito surja*” (1974, p. 23).

Nesse caso, segundo o autor, os conflitos seriam “latentes”, ou seja: os dominados nem sequer perceberiam a contradição entre os seus interesses e os interesses dominantes. Enquanto os primeiros não tivessem consciência dos seus próprios interesses, a contradição persistiria sem que ocorresse o conflito aberto. Essa consciência consistiria na percepção clara da diferença entre os interesses dos dominados e os daqueles que exercem o poder. A partir desse argumento, Lukes estabelece que “A exerce poder sobre B quando A afeta B de um modo contrário aos interesses de B” (1974, p. 27). Nessa hipótese, o fato de um estudo não registrar contestação política não significa que há um consenso genuíno, mas apenas que não foi considerada a possibilidade de um consenso falso ou manipulado.

⁴⁹ POLSBY, Nelson W. *Community Power and Political Theory: a further look at problems of evidence and inference*. New Haven: Yale University Press, 1980.

⁵⁰ LUKES, Steven M. *Power. A radical view*. London: Macmillan, 1974.

Daí advêm as perguntas: As preferências expressas pelos indivíduos podem diferir de seus interesses? E se a resposta for afirmativa, qual é a natureza desses interesses? Para que tais perguntas sejam feitas, é indispensável uma suposição – implícita ou explícita – da existência de “interesses objetivos”, que seriam os “interesses reais”, ou seja: interesses que existem independentemente do reconhecimento subjetivo dos indivíduos, como por exemplo, os que se originam de classe social, etnia, gênero, etc.

Ham& Hill presumem que os pluralistas negariam esse questionamento, pois sustentam haver equivalência entre interesses e preferências manifestas. E o método de pesquisa utilizado- método decisional - não permite testar a existência de um consenso falso, salvo quando é estudado o que acontece no momento em que o consenso se rompe. Especialmente Polsby, um autor pluralista, adverte que a análise das relações de poder requer muita cautela ao tentar desvendar um interesse por detrás das preferências manifestadas pelos indivíduos, mesmo admitindo haver circunstâncias nas quais estes não operam com o intuito de maximizar seus valores e interesses. Os autores também salientam que Lukes responderia às mesmas indagações de modo contrário: o processo de socialização, a educação e a mídia podem influenciar a manifestação das preferências e ocultar os “interesses reais” das pessoas, que só poderiam ser descobertos pelo exame das escolhas feitas por elas em condições de autonomia relativa, ou seja: quando estivessem livres das sujeições impostas por esses fatores⁵¹.

Ham& Hill citam outros autores que problematizaram as relações de poder e o conceito de interesses. Peter Saunders⁵², por exemplo, entende que as preferências dos indivíduos são forjadas desde o nascimento, e por essa razão, eles não são capazes de quais são seus interesses reais. Ele afirma que os mecanismos ideológicos influenciam as leituras que os indivíduos fazem do mundo e servem para manter e transmitir sistemas de valores e crenças. Saunders entende, porém, que embora os mecanismos ideológicos possam expressar a dominação exercida por grupos específicos, as ideologias dominantes espelham, em certa medida, experiências de vida comuns a todas as pessoas de uma comunidade e possuem significado para os indivíduos exatamente porque são construídas sobre os fundamentos comuns da vida coletiva. Seria isso, mais que a manipulação, que

⁵¹A dificuldade dessa proposição reside em que não é possível “criar” artificialmente tais situações de autonomia, a fim de realizar a pesquisa.

⁵² SAUNDERS, Peter. *Urban Politics*. Harmondsworth: Penguin, 1980.

tornaria a ideologia uma força tão poderosa. Ham& Hill (1993, p. 104) sugerem que seria essa a concepção que Dahl designava como “*aderência da comunidade a um conjunto de normas e metas aparentemente auto-impostas*”.

Algumas das contribuições de Saunders merecem maior destaque. Para ele, a ideologia dominante contém interesses reais, que podem ser identificados pelo cálculo dos custos e benefícios referentes a arranjos sociais nos quais grupos distintos de atores interagem. Isso resulta em um conceito de “interesse” segundo o qual os “interesses reais” implicariam em obter benefícios e descartar custos em ocasiões específicas, tornando-se necessária a averiguação de quais interesses são ou não atendidos pelas decisões políticas a fim de que se saiba quem ganha e quem perde no jogo político.

Saunders também sustenta que as rotinas e as regras de acesso às esferas do poder político podem, no tocante aos padrões de comportamento político, exercer papel tão substantivo quanto aquele desempenhado pela ideologia dominante. As rotinas políticas podem facilitar o acesso ao poder (à tomada de decisão) por parte de alguns grupos da sociedade, mas não de outros. Há estudos que mostram que as próprias regras de acesso aos espaços de decisão política favorecem os grupos mais poderosos em detrimento dos demais. O autor mostrou, em pesquisa empírica, que fracasso da mobilização de grupos de trabalhadores resultaria mais do fatalismo quanto ao provável insucesso da ação, do que da sua incapacidade de formular reivindicações. Em contrapartida, os grupos empresariais eram próximos às lideranças políticas locais, uma vez que interagiam regularmente com líderes políticos, desenvolvendo-se entre eles uma identificação de valores e objetivos⁵³.

Por tudo isso, esse autor concorda com a proposição de Bachrach&Baratz, de que para estudar o poder é preciso analisar quem ganha ou quem se beneficia. Mas, como lembram Ham& Hill, para os pluralistas, “quem ganha” não equivale a “quem governa”. Nesse sentido Polsby (1980, p. 208), sustenta que ainda que seja evidente que indivíduos ou grupos, numa dada situação, sejam privilegiados frente aos demais, isso não prova que foram eles que criaram, que mantêm e que impedem a mudança dessa situação.

Conforme Ham& Hill, esse ponto levanta a possibilidade de quaisquer grupos da sociedade poderem ser beneficiados pela elaboração de uma política pública de maneira não intencional, trazendo à tona a necessidade de estabelecer os elos entre

⁵³Saunders (1980, p. 324) dispõe que: “*Nenhum grupo de pressão, não importa quão bem organizado ou bem conectado, desfruta de um relacionamento como este, pois, em um contexto tão fértil, opiniões, sugestões e modos de pensamento passam quase imperceptivelmente, como que por osmose, de empresários para políticos e de políticos para empresários. No relacionamento entre os líderes políticos e empresariais locais, a camaradagem política atingiu sua forma mais alta e refinada*”.

a repartição de benefícios e o modo pelo qual os problemas da sociedade são tratados.

Resumindo, para o pluralismo, as decisões políticas sinalizam não somente conflitos de poder. Elas resultam da combinação dinâmica de diversos tipos de interação, sendo fruto da competição, da cooperação e do conflito entre grupos distintos. As decisões políticas materializariam o ponto de equilíbrio alcançado, em cada momento específico, nas interações entre os grupos.

A despeito dos atrativos da hipótese democrática do pluralismo, até mesmo autores pluralistas (os neopluralistas), como Lindblom⁵⁴ reconhecem a existência de assimetrias de poder entre os grupos e admitem que, quando estão em jogo questões relativas ao mercado, as corporações obtêm ganhos privilegiados. Em outras palavras, não é possível afirmar que as decisões políticas sejam neutras.

As abordagens pluralista e elitista são contestadas pelo modelo de classes. Essa abordagem – tanto no marxismo clássico, quanto no neo-marxismo – sustenta que existem interesses objetivamente estabelecidos a partir da situação de classe social dos atores, ou seja, do ponto em que se situam na estrutura da propriedade privada. Da mesma maneira, o poder político é visto como poder de classe, decorrente do controle, por uma classe, dos meios de produção econômica. A dinâmica do processo político resulta interações que expressam o conflito entre o capital e o trabalho, ou seja, o conflito de interesses de classe. O Estado seria ou um instrumento de realização dos interesses da classe dominante ou agiria, com certo grau de autonomia, para preservar o capitalismo, do qual dependeria para continuar a existir como Estado. Os resultados da política seriam limitados às alternativas que não ameaçam o projeto hegemônico da classe economicamente dominante. As decisões políticas seriam expressão dos interesses da classe dominante mesmo quando, por vezes, resultem da intervenção relativamente autônoma do Estado, com vistas a minimizar as contradições entre a acumulação e a legitimação, próprias do sistema capitalista.

Como assinalam Alford&Friedland⁵⁵, a abordagem marxista tem caráter estrutural, ou seja: focaliza totalidades nas quais as variáveis econômicas predominam sobre as demais. O seu foco não recai nem sobre os contextos

⁵⁴LINDBLOM, Charles E. *Política e Mercados: os sistemas políticos e econômicos do mundo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

ALFORD ROBERT R. & FRIEDLAND, ROGER. *POWERS OF THEORY: CAPITALISM, THE STATE, AND DEMOCRACY*. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1985.

decisórios, que são analisados mais propriamente pelas abordagens situacionais, pluralistas; nem sobre a dimensão organizacional, que tem por objeto de estudo as elites burocráticas.

Uma relevante contribuição à análise das relações de poder sob a perspectiva marxista provém, dos estudos de Claus Offe⁵⁶, nos quais o autor procura esclarecer como se dá a atividade política e por que ela seleciona determinadas questões ou problemas das sociedades capitalistas contemporâneas, visando a defesa dos interesses capitalistas. Offe sustenta que os sistemas capitalistas avançados regulados pelo Estado caracterizam-se por garantir a estabilidade política mediante a exclusão sistemática de demandas que podem ameaçar o capitalismo – e isso faria parte da ação (ou intervenção) autônoma do Estado na economia e na política em sociedades de capitalismo avançado. O autor aponta vários mecanismos inerentes ao capitalismo e adotados sistematicamente pelo Estado para selecionar as questões a serem tratadas e as que devem ser excluídas: mecanismos ideológicos e procedimentais, mecanismos repressivos e mecanismos estruturais, de limitação formal e informal acerca dos assuntos com os quais o Estado pode se envolver. O conjunto desses mecanismos operaria como um sistema de filtragem que impede a inclusão de demandas que prejudiquem os interesses do capital. Offe reconhece que é difícil evidenciar a natureza tendenciosa da atuação do Estado é de difícil identificação pela constante negação do seu caráter de classe e pela sua alegação de neutralidade, como condição de preservar sua sobrevivência. Ham& Hill comentam que Offe se aproxima da concepção corporativista, ao reconhecer que a ação autônoma do Estado é cada vez mais recorrente sob as condições do capitalismo avançado.

Um autor que enfatiza a dimensão econômica do poder político, ainda que não propriamente marxista, e focaliza a sua distribuição nas sociedades modernas é Andrew Blowers⁵⁷. Em seus estudos recorreu à comparação entre as teorias elitista, pluralista e estruturalista⁵⁸, para mostrar como – em decorrência do poder

⁵⁶ OFFE, Claus. Political Authority and Class Structures. In: CONNERTON, P. (Ed.). *Critical Sociology*. Harmondsworth: Penguin, 1976.

⁵⁷ BLOWERS, Andrew. *Something in the Air: corporate power and the environment*. London: Harper & Row, 1984.

⁵⁸ Ham& Hill (1993) entendem que a tese estruturalista não sustenta que os interesses econômicos ou interesses de classe são os únicos capazes de influenciar o sistema político, e as decisões e os comportamentos dos atores – haveria também os interesses profissionais, burocráticos, de gênero, étnicos, religiosos, linguísticos, etc.

econômico - uma questão pode vir a ser, alternativamente, incorporada ou excluída da agenda governamental por períodos de tempo consideráveis⁵⁹.

Na tentativa de tornar mais preciso o conceito de poder político e de melhor entender de que maneira ele se manifesta e como pode ser percebido, a literatura da Ciência Política apresenta três concepções acerca do tema, que são apresentadas e sistematizadas por Ham & Hill, compreendendo as dimensões da decisão, da não-decisão⁶⁰ e a denominada "terceira dimensão do poder".

A primeira concepção, já tratada nesse texto, é proposta por Robert Dahl e compartilhada pelos pluralistas, em geral. Estabelece que o poder político nas democracias capitalistas contemporâneas deveria ser estudado com base nas decisões quanto a problemas públicos relevantes, sobretudo quando as preferências dos diversos atores são divergentes. Quem exerce o poder, em cada situação específica, é o grupo capaz de mobilizar recursos de poder e vencer a competição para fazer prevalecerem as suas preferências.

Essa perspectiva acirrou as divergências teóricas entre pluralistas e elitistas, inaugurando novas discussões sobre a definição de poder. A primeira delas foi a chamada "teoria da não-decisão", proposta por Peter Bachrach & Morton Baratz⁶¹, segundo a qual o estudo do poder não poderia se limitar ao exame das decisões efetivamente tomadas, mas teria que contemplar principalmente, a análise das questões que não chegavam à agenda pública e eram "impedidas" de serem decididas. Segundo os autores (1962, p. 948), "*O poder também é exercido quando A devota suas energias a criar ou reforçar valores sociais e políticos e práticas institucionais que restringem o alcance do processo político à consideração pública de questões que, comparativamente, são inócuas para A*". O maior poder consistiria, então, em (...) "*limitar o alcance real da tomada de decisões a questões 'seguras'*

⁵⁹Todavia, o próprio BLOWERS entende que essa hipótese pode conduzir a um tipo de determinismo econômico excessivamente simplificador e incapaz de interpretar os fatos na sua complexidade.

⁶⁰ A teoria da não-decisão pode ser denominada, também, "teoria da não-tomada de decisão".

⁶¹BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two Faces of Power. *American Political Science Review*, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

*através da manipulação das instituições e procedimentos políticos e dos valores e mitos predominantes na comunidade*⁶² (1963, p. 632).

Essa, na verdade, não era uma ideia inédita. Um dos grandes críticos da democracia americana, Elmer Eric Schattschneider⁶³ já tinha cunhado o termo “*mobilization of bias*” (“mobilização do viés” ou “mobilização da opinião”) para descrever os meios pelos quais o processo decisório ficava restrito ao tratamento das questões tidas como “seguras”, ou seja, que não ameaçassem os interesses dominantes.

Aí estariam as “duas faces do poder”: a primeira sendo a decisão, que opera no nível dos conflitos de interesse declarados sobre questões-chave; já a segunda corresponde à não-decisão, que atua de modo a evitar a incorporação, ao debate político, das questões mais intensamente conflituosas.

Bachrach&Baratz advertem que a análise completa do fenômeno político do poder deve avaliar o que não acontece com a mesma intensidade com que contempla o que acontece, revelando os processos e mecanismos pelos quais a mobilização do viés restringe as discussões que chegam ao sistema político.

A não-decisão é o que faz com que valores, regras do jogo, relações de poder entre grupos de atores e instrumentos de força, separados ou combinados, impeçam que demandas se expressem e sejam reconhecidos como problemas políticos. Não significa um impasse decisório, nem a ausência de decisão substantiva sobre um assunto. Significa que as questões nem chegam a ser reconhecidas como problemas políticos e sequer figuram na agenda decisória dos governos, permanecendo em estado de latência, graças à mobilização do viés (“bias”). Daí se tem que a decisão política, mesmo quando expressa a neutralidade alegada pelos pluralistas, nunca é realmente neutra, pois age em favor da manutenção do *status quo*, não fomentando a realocação de valores na sociedade. Assim, uma das mais importantes implicações teoria da não-decisão foi evidenciar que a distribuição do poder é menos equilibrada do que os pluralistas pretendiam.

⁶²BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Decisions and Nondecisions: an analytical framework. *American Political Science Review*, v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.

⁶³SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. *The Semisovereign People: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

Os autores definiram não-decisão como "*uma decisão que resulta na supressão ou obstrução de uma contestação latente ou manifesta aos valores ou interesses do tomador de decisões*"⁶⁴(1970, p. 44) e exemplificaram que a não-decisão pode operar de diferentes maneiras, como:

(a) o uso da força física (por exemplo: o amedrontamento, por parte dos brancos, dos funcionários incumbidos de fiscalizar a observância dos direitos civis no sul dos Estados Unidos);

(b) o uso do poder para impedir o surgimento de questões (por exemplo: a cooptação de grupos de atores);

(c) a invocação de regras ou procedimentos para desviar contestações indesejáveis (por exemplo: o encaminhamento de questões a comissões para estudo mais detalhado; a rotulação de demandas como "impatrióticas" ou "imorais");

(d) a reformulação de regras e procedimentos como forma de bloquear reivindicações; e

(e) o exercício do poder mediante reações antecipadas de alguns atores ao comportamento de outros (por exemplo: quando um grupo social não consegue se mobilizar porque antecipadamente⁶⁵ espera uma resposta desfavorável dos tomadores de decisões, e quando os tomadores de decisões optam não agir por saberem que terão que enfrentar a oposição dos atores políticos mais importantes) (Bachrach&Baratz, 1970 apud Ham& Hill, 1993, p. 97).

Lukes apontou a necessidade de o poder ser pesquisado em três dimensões: (i) a partir de conflitos abertos e observáveis sobre questões essenciais da sociedade, concentrando-se nas decisões tomadas, como defende o pluralismo; (ii) a investigação do poder em conflitos encobertos sobre questões reais ou potenciais,

⁶⁴BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. *Power and Poverty*. New York: Oxford University Press, 1970.

⁶⁵Um dos mais importantes testes empíricos da teoria da não-decisão foi realizado por Matthew CRENSON, que efetuou um estudo comparativo sobre as relações e as influências indiretas dos atores, a antecipação de ações e comportamentos por eles e as conseqüentes decisões e não-decisões no controle da poluição do ar. O autor concluiu que o estudo das decisões esclareceria pouco sobre o fenômeno, e evidenciou a relevância da abordagem da não-decisão para uma observação completa da distribuição do poder político. CRENSON M. *The un-politics of air pollution : a study of non-decision-making in the cities*. Baltimore: John Hopkins Press, 1971

conforme a teoria da não-decisão; e (iii) a interpretação do conflito latente (visto nesse texto anteriormente), que resulta da modelagem das preferências dos indivíduos de forma a impedir o reconhecimento das divergências de interesses e a sua manifestação como conflitos abertos e/ou encobertos.

Para esse autor, a ocorrência o aparente consenso também exprime o exercício do poder na medida em que:

(a) impede que os indivíduos possam formular suas demandas e reclamações pela influência incidente sobre suas percepções, cognições e preferências, com o propósito de que se conformem com seu papel na ordem pré-estabelecida; e (b) a ausência de reclamações não descarta as possibilidades de consensos falsos ou manipulados.

Os argumentos de Lukes⁶⁶ abriram uma importante trilha para novas pesquisas. Realizaram-se estudos que analisaram o poder e o sistema de dominação no interior das organizações, mostrando que: (a) os valores prevaletentes na organização acabam por beneficiar alguns indivíduos em prejuízo de outros, (b) também nelas há conflitos encobertos; e (c) aqueles que conquistam vantagens se beneficiam dos valores reinantes. Ham& Hill, porém, chamam a atenção para as dificuldades de aferir o poder que atua de forma a influenciar as preferências individuais, sob a perspectiva da terceira dimensão, proposta por Lukes: *"Esta, a terceira dimensão do poder, é ao mesmo tempo o aspecto do poder mais importante e mais difícil de se pesquisar"* (p. 108).

⁶⁶ Op. Cit.

5. DOMINAÇÃO, AUTORIDADE E LEGITIMIDADE

Max Weber considerava o conceito de poder amorfo, insuficiente e, em seu lugar, propôs os conceitos de dominação e autoridade, que incorporam a discussão da legitimidade. A dominação é *uma situação* estabelecida de obtenção de obediência. Ou seja: uma situação de poder estabilizado, que se exerce continuamente obtendo a obediência contínua e regular de determinados sujeitos a certo tipo de ordens ou comandos.

Nesses casos, cabe indagar: “por que tais sujeitos obedecem a esse comando”? É aí que entram os conceitos de legitimidade e de autoridade. É a legitimidade de que vai fundamentar a autoridade. O que vem a ser legitimidade?

A legitimidade é um conceito mais amplo que legalidade. Essa última significa aquilo que está baseado na lei é a conformação do comportamento às diretrizes legais, ou simplesmente, o exercício de todos os atos dentro dos limites da lei, reconhecendo-se a potencial coerção às suas violações.

Já a legitimidade é a crença convicta na adequação, na correção, enfim, na racionalidade de certa autoridade e de suas ordens. Por exemplo, por que é que os indivíduos não apenas não fazem o que é proibido, como também fazem o que é obrigatório, o que é imperativo, muitas vezes sem que vejam uma vantagem clara, imediata para isso? Será apenas devido à coerção física implícita na lei?

Os indivíduos agem assim porque acreditam que tais proibições e imperativos resultam de uma autoridade que, supostamente, deve ser o melhor para todos. Então, na ideia de dominação está presente o reconhecimento de que existe uma autoridade, dotada de legitimidade. Então autoridade é uma disposição para obedecer, baseada na crença sobre a legitimidade. E a legitimidade é uma convicção de que uma autoridade e seus ordenamentos expressam valores comuns, valores, crenças, ideais, que são compartilhados pelo conjunto de pessoas que obedecem.

RESUMINDO: A dominação é a probabilidade de obter obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis. A dominação é uma situação que se estabelece, na qual provável que determinadas pessoas obedçam, sem que seja necessário recorrer à força, à ordens de determinado conteúdo. A autoridade é a forma pela qual se manifesta a dominação e a legitimidade é o que dá fundamento à autoridade. Na base de toda autoridade está a legitimidade. A dominação é o resultado desse exercício regular e constante da autoridade.

Porém, as sociedades são distintas umas das outras e diferem em si mesmas, conforme seus variados momentos. Reconhecendo isso, Max Weber sustenta que existem três tipos puros (ou tipos ideais⁶⁷) de dominação⁶⁸: a dominação tradicional, a dominação carismática e a dominação racional legal. Todos e cada um desses tipos tem o seu fundamento em certo tipo de legitimidade.

O que legitima uma situação de dominação tradicional é a crença do valor da tradição. Weber menciona “a autoridade do ontem eterno”. Quando se fala na crença no valor da tradição, muitas vezes, as pessoas pensam que isso só existiu no passado. Mas não é assim: mesmo nas sociedades contemporâneas existe muito mais tradição do que as pessoas se dão conta. E não se trata só daquilo que é mais óbvio, como o folclore, os preconceitos, etc., mas instituições propriamente ditas, por exemplo, as monarquias nas sociedades modernas como a Inglaterra, como a Espanha, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca: têm dinastia real, têm casa real, solenidades e os cidadãos não apenas respeitam, mas sustentam isso. Como são monarquias parlamentaristas, quem de fato governa é o Parlamento, o Primeiro Ministro com seu gabinete. A Coroa (rei ou rainha) tem funções de chefia de Estado, que são quase puramente simbólicas, porque a política externa nem é decidida pela Coroa. Ou seja: é apenas tradição. E essa tradição convive com instituições modernas⁶⁹.

O que significa, então, a dominação tradicional? É a situação na qual um poder é legitimado pela crença nas tradições, aquilo que existiu no passado, que persiste

⁶⁷Max Weber sustentava que as ciências da sociedade deviam ser estudadas mediante a comparação. E comparava fenômenos reais com tipos ideais. Um tipo ideal não significa um tipo “desejável”, não envolve juízo de valor. É apenas um constructo. Weber procurou imaginar o que seria um fenômeno ou uma situação (como a dominação ou a autoridade) cujos atributos fossem todos consistentes, jamais contraditórios, e se manifestassem em sua potência máxima. Grosso modo essa seria a definição de tipo-ideal, que tem essa denominação porque só existe no campo das ideias, é uma abstração, jamais sendo encontrado no mundo real, onde características de um tipo aparecem misturadas com as características de outro tipo. Ou então a manifestação de uma característica é refeita, não é absoluta.

⁶⁸ Cada um deles está ligado a uma estrutura sociológica radicalmente diversa do corpo administrativo e dos meios da administração.

⁶⁹Estudos recentes chamam a atenção para conceitos como “capital social”, “cultura política”, etc. que levam em conta as crenças nas instituições.

no presente, que possivelmente vai existir no futuro e que a obediência àquilo é percebida como obrigatória e natural⁷⁰.

As características da dominação tradicional são as seguintes: Primeiro, a obediência é devida à pessoa, ou seja: não se obedece não ao cargo, nem às leis, obedece-se a uma chefia, ou a um monarca personalizado. Segundo, o dever da obediência é justificado pela tradição e pelo costume, é o que eu disse, o ontem eterno, aquilo que sempre foi, sempre se fez assim. Terceiro, as normas não são obedecidas por serem racionais, e não adianta buscar racionalidade⁷¹ nessas normas. Quarto, em tudo que a tradição se omitir, a vontade do governante é a lei⁷². Quinto, o quadro administrativo é composto por membros que são selecionados pessoalmente, sempre com base em relações de parentesco ou de fidelidade pessoal, ou ambos. Os poderes e atribuições do quadro administrativo dependem da tradição e da confiança, sendo definidos de acordo com privilégios estamentais⁷³.

⁷⁰ Em algumas regiões do interior do Brasil há um sujeito que é o chefe local, a quem todos prestam obediência. Se for perguntado por que alguém, uma pessoa qualquer ali obedece às ordens daquele chefe local, muito provavelmente terá uma resposta mais ou menos assim: "Porque o meu avô obedecia, o meu pai também e eu também... então quer dizer, sempre foi assim". Isso que significa a autoridade tradicional: aquilo que se torna quase automático, porque é fundado na ideia de que sempre foi assim no passado.

⁷¹ Racionalidade significa a adequação dos meios aos fins. A tradição não precisa ter racionalidade nenhuma, é algo que um ou mais grupos sociais começaram a fazer no passado, ganhou certa permanência, tornou-se a pura habitualidade; é algo que a maioria – se não todos - replica sem sequer pensar se é a melhor forma de agir, se existem formas mais eficazes ou mais justas, se deve ou não deve ser daquele jeito.

⁷² A tradição se impõe inclusive ao governante, até mesmo estabelecendo os limites ao seu arbítrio. Porém, no que a tradição cala, vale a vontade do soberano. A monarquia é a forma de governo onde os governantes são vitalícios e hereditários, a forma de acesso ao poder é hereditariedade, a sucessão dinástica. No período absolutista, naquilo que a tradição não estabelecesse qual seria o comportamento, a norma, e o limite do poder real, prevalecia a vontade do rei, do governante. Daí que as lutas contra o absolutismo eram lutas para impor limites constitucionais ao poder do rei.

⁷³ O que é estamento? É um conjunto de relações de direitos e deveres de grupos sociais (não de indivíduos), próprio do período medieval, baseado em status adscritos, ou seja, posições sociais provenientes de nascimento. No sistema estamental, a maioria das atividades só podiam ser realizadas por certos grupos sociais, não eram de livre escolha. Por exemplo os nobres, eram guerreiros e tinham o direito exclusivo de usar cavalos e armas. As pessoas do povo - que eram os servos, os homens livres que viviam nas vilas, e os burgueses - não podiam usar nem armas e nem cavalos, pois isso era um privilégio estamental da nobreza. Quando é que as pessoas do povo passam a usar cavalos e armas? Quando as guerras começam a ficar caras, os nobres começam a se queixar muito dos custos da guerra, os burgueses não querem pagar mais impostos e então os reis têm que colocar o povo na frente de batalha, incorporando os indivíduos aos exércitos permanentes e em troca lhes concedes direitos. Quando acontece isso, começa a se romper o sistema estamental.

Assim, não se aplicam nos princípios de competência técnica. O quadro administrativo da casa senhorial era tradicionalmente baseado nas relações de parentesco e, evidentemente, atribuir um cargo da casa real, um cargo de governo, a um parente - isso que a gente chamaria hoje de nepotismo - era uma prática absolutamente normal, tradicional, costumeira. Weber assinala que: "*Quando o sistema de dominação tradicional desenvolve um quadro administrativo próprio, tende-se ao patrimonialismo.*" ⁷⁴

O tipo de dominação que se opõe radicalmente à tradição é a dominação carismática, que se baseia justamente na excepcionalidade do líder, nos seus poderes excepcionais, nas suas qualidades extraordinárias, na sua genialidade e na sua capacidade de trazer a mensagem de mudança das situações consideradas injustas, inaceitáveis. A dominação carismática não fundamenta somente governos, ela fundamenta também lideranças anti-governos. A dominação carismática fundamenta principalmente as energias emocionais, e está longe de envolver qualquer elemento de racionalidade. Especialmente, não existe explicação para o carisma, porque alguns são líderes carismáticos e outros não. No mundo do século XX, Lenin e Hitler foram líderes carismáticos, o Mahatma Ghandi e Kennedy foram líderes carismáticos. Martin Luther King e Getúlio Vargas foram líderes carismáticos. Muito antes disso Moisés, que não era judeu, era egípcio, foi chamado a conduzir o povo judeu à terra prometida, e era um líder carismático.

A liderança carismática pode ocorrer em qualquer sociedade, seja sociedade tradicional, seja sociedade moderna, e sempre está marcada pela mensagem da mudança, de rompimento das rotinas estabelecidas. Não existe como definir um tempo nem lugar específico para surgir uma liderança carismática, embora se saiba que geralmente a liderança carismática surge em contextos de crise, exatamente porque representa o novo, rejeita tudo que é rotina, tudo que é tradição e tende a ser revolucionária⁷⁵.

⁷⁴O patrimonialismo se caracteriza pela ausência de limites entre o público e o privado, de tal maneira que o público acaba se tornando como que o patrimônio privado do governante. Ver WEBER, M. (2000). Economia e Sociedade. Brasília, Ed UnB

⁷⁵Não se deve confundir a liderança carismática com bons produtos de *marketing*. Muitos perguntam: "Collor foi um líder carismático?" Não. Collor foi um excelente produto de *marketing*. Era um momento de muita crise no Brasil, em 1989, as promessas das Diretas Já, da democracia e do PMDB tinham se esgotado e havia uma vazia de lideranças críveis. Collor era um desconhecido, não era visto como uma figura do sistema. Construiu-se a história do Caçador de Marajás, e ele, chegava de helicóptero, o homem

A dominação carismática é uma dominação de mobilização, ela não é uma dominação como a dominação tradicional que é só de reconhecimento, de habitualidade, de costume.

As características da dominação carismática são as seguintes: Primeiro, a obediência é prestada diretamente à pessoa do líder, e é mais personalizada do que na dominação tradicional, porque nessa última existe a tradição, que faz a mediação entre aquele que obedece e aquele que comanda. Segundo, o dever de obedecer se baseia na afetividade e deve-se ao carisma do líder. Terceiro, não existem competências racionais para definir a ocupação de cargos. Ao contrário, a escolha é feita com base no carisma dos próprios membros que estão do grupo, na sua devoção ao líder e na vocação pessoal⁷⁶. Não existem privilégios estamentais na definição das atribuições dos membros do quadro administrativo, nem regras para administração, que é conduzida segundo as visões, as proposições ou a genialidade do líder carismático.

E aí tem uma questão a respeito da rotinização do carisma. Weber sustenta que o é absolutamente contrário à rotina, conclamando justamente ao rompimento daquilo que é rotineiro, sempre invocando o novo. À medida que a liderança carismática se torna dominação carismática, e portanto, poder estabilizado, acaba se rotinizando, se institucionalizando. Aparentemente a rotina esgota o carisma, então chega um momento que o líder carismático acaba com aquilo que era a fonte do seu poder.

Não existe nada mais rotinizador do que a dominação racional legal, que é aquela na qual a legitimidade, o fundamento da obediência, provém da convicção de que uma ordem é legal, é baseada na lei. Mas não somente legal, é também racional. Por isso Weber denomina "dominação racional-legal". O que é o racional? É uma convicção de que a lei expressa o melhor para todos ou para a maioria, se for possível isso. A convicção é: a lei é para ser obedecida porque é para o bem de todos. Então,

que vem do céu. São visíveis todas essas características de um bom *marketing* tentando construir a característica da excepcionalidade. Quando ficou claro que não era carisma? Quando ele convocou o povo brasileiro a comparecer de verde e amarelo para se manifestar em favor dele e foi todo mundo de preto. Aí ficou evidente, porque com o líder carismático isso não acontece. Se fosse uma liderança carismática haveria um levante em sua defesa.

⁷⁶ Em uma sociedade baseada na lei, o que acontece? O líder carismático atua como se estrutura racional legal, especialmente a organização burocrática, não existisse. Ele preenche cargos que são de sua confiança, cria sua corte composta por um grupo de seguidores que não tem que ser selecionados por competências racionais, por conhecimentos, por habilidades, por nada além da confiança do líder.

tem dois elementos na dominação racional legal, por que os indivíduos obedecem? Primeiro, porque está na lei, e estar na lei significa que será aplicada a coerção aos desobedientes. Segundo, porque a lei foi formulada de acordo com procedimentos previamente estabelecidos e reconhecidos como legítimos. Terceiro, a lei destina-se a promover o benefício da sociedade.

A dominação racional-legal é própria das sociedades modernas, mas não necessariamente se confunde com a democracia. A dominação racional legal é resultado de um longo processo que Max Weber chama de racionalização: um processo pelo qual a sociedade, principalmente a sociedade ocidental, desenvolve a capacidade de tratar tudo como simples meios para atingir determinados fins. O fenômeno da racionalização tem um lado de desencantamento – pelo qual todos os objetos deixam de ser sagrados ou mágicos: o corpo, o clima, as doenças - e um outro lado de instrumentalização: tudo se torna meio para alcançar uma finalidade qualquer. Depois, vai dar origem à organização burocrática, que é o ponto máximo da racionalização⁷⁷.

A dominação racional-legal tem sua legitimidade fundada em um estatuto, geralmente uma constituição e códigos legais. A regra estatuída dá as diretrizes de como se deve governar, e a obediência não se deve à pessoa, mas sim ao cargo que ela ocupa. Por isso, se diz que a dominação racional-legal, ao contrário das anteriores, é totalmente impessoal.

Tipicamente, a dominação racional legal é um tipo de dominação que se exerce através de organizações. A sua forma mais pura é a organização burocrática, caracterizada por uma divisão de trabalho racionalmente estabelecida e por uma estrutura hierárquica legalmente fixada, destinada a assegurar a padronização das ações e das relações entre os funcionários.

Os funcionários não têm vinculação tradicional, nem afetiva com os governantes. Cada funcionário é um indivíduo livre, que alcança seu posto mediante processos seletivos específicos, em virtude de formação profissional especializada; suas atividades, remuneração, direitos, competências e autoridade são definidas sem referência à pessoa, em contrato formal. Tanto o funcionário quanto o chefe

⁷⁷ Max Weber assinala que a humanidade se encaminhou para formas cada vez mais aperfeiçoadas de organização, havendo uma adequação cada vez mais precisa entre meios e fins e, por isso, tem muito mais êxito, muito mais eficácia. Todavia, que o conjunto de valores que dava sentido a tudo isso ficou perdido no passado e o homem tornou-se prisioneiro em uma “gaiola de ferro”, que é o vazio do processo de burocratização, de repetir rotinas organizacionais a tal ponto que as rotinas se tornam um fim em si mesmas enquanto as finalidades acabam sendo perdidas.

agem imparcialmente, sem preferências pessoais, enquanto está em seu cargo; ao fim do mesmo ele é um indivíduo livre, e essas duas facetas, *a priori*, não se misturam.

A dominação racional legal é típica das sociedades modernas, dos Estados modernos, das organizações burocráticas e burocracias profissionais. O domínio organizado demanda uma administração contínua e exige que a conduta humana seja condicionada à obediência aos portadores do poder legítimo. O quadro administrativo representa a organização do domínio político, sendo legitimado e limitado pela obediência.

O Estado moderno é o melhor exemplo desse tipo de dominação, sendo capaz de exercer o monopólio das promulgações legais e do uso legítimo da força pela autoridade central e, da mesma forma, monopolizar os meios de dominação e administração, com base na criação de um sistema de taxaço e de uma força militar. O governante eleito tem poder legitimado e limitado pela lei. Assim que se encerre o seu mandato, seu cargo, é transferido a outra pessoa, que o assume com todas as correspondentes responsabilidades e poderes, segundo normas previamente estabelecidas.

6. HEGEMONIA E IDEOLOGIA

Ainda no âmbito da discussão sobre poder e dominação, embora não tenha nenhuma relação com o pensamento de Weber⁷⁸, outro conceito importante é o de hegemonia. É um conceito que se origina no passado, na Grécia Antiga, com o chamado Hegemon, para se referir ao General dos Generais, aquele que comandava todos os exércitos, então remete à ideia de um poder amplo, acima de todos os demais. Mais tarde, esse termo foi utilizado nas relações internacionais para se referir aos países que eram capazes de exercer uma posição de dominação sobre os demais. E no pensamento marxista a hegemonia se encontra com o conceito de dominação, mas essa dominação não é a pura obediência, nem a simples legitimidade.

⁷⁸ Nas ciências sociais existe um grande dilema entre duas grandes famílias de abordagens. A primeira denomina-se "individualismo metodológico" e consiste em uma forma de analisar qualquer tipo de fenômeno partindo do princípio de que a unidade que constitui o todo, são indivíduos. Os indivíduos é que são capazes de formular intenções, de formular significados, de estabelecer relações, etc. E o todo é a soma das partes. Em Hobbes, em Locke, o que é o todo? É a soma das partes. A coletividade é a soma das unidades individuais, bem simplificada. A outra abordagem denomina-se "coletivismo metodológico" e parte do princípio de que os fenômenos são coletivos e que não há como entendê-los desagregados em unidades individuais. Por exemplo, um cardume é um coletivo, seria impossível entender o comportamento do cardume a partir do comportamento individual de cada peixe, nesse sentido, o todo é mais do que a soma das partes, tem sinergia e outras características próprias. O coletivismo metodológico só trabalha com conceitos coletivos. Hegemonia é um conceito coletivo. Dominação, autoridade, etc., são conceitos individualistas. Não há como fazer passagem de uma abordagem para outra, pois existem dificuldades para que, da parte, se chegue ao todo, já que o todo possui mais complexidade. Da mesma forma, como é que, examinado o todo será possível abstrair e entender que aquilo é apenas parte dele? Então, ao tratar dos conceitos é necessário saber a que abordagem pertence cada um deles, porque não tem trânsito entre essas duas abordagens, não é possível traduzir uma nos termos da outra. Então, é preciso atenção para o fato de que toda abordagem marxista (e o seu inimigo ideológico, o funcionalismo) corresponde ao coletivismo metodológico, mas o pensamento de Rousseau também se alinha com o coletivismo metodológico. Já Weber, Hobbes, Locke, todo o pensamento pluralista e elitista, todos os estudos em escolha racional, etc. correspondem ao individualismo metodológico. É possível observar as diferenças claramente em enunciados simples. Por exemplo, quando Weber fala em autoridade, a referência é "A obediência por determinados sujeitos.". Quando Gramsci fala de hegemonia, a expressão é "uma dominação consentida no âmbito de uma totalidade histórica".

Para Gramsci, a hegemonia é a dominação consentida⁷⁹. Isso significa que não precisa se basear na coerção, pois é dominação ideológica de uma classe social sobre a outra, baseada na capacidade dessa classe social apresentar o seu projeto como sendo o bem comum, como sendo de interesse de todos⁸⁰. Por isso, para uma classe dominante se tornar a classe dirigente, ela tem que articular em torno de si um bloco de alianças e obter pelo menos o consenso passivo das classes e camadas dirigidas. O que é um consenso passivo? É, no mínimo, o que não é questionado.

Para se tornar classe dirigente, uma classe economicamente dominante tem que ser capaz de formar um conjunto de alianças em torno de um projeto seu de “boa sociedade”, de tal maneira que não apenas não haja rejeição a esse projeto, mas que ele seja assumido pelos dominados como se fosse o seu projeto.

Evidentemente, para que haja hegemonia de uma classe ou fração de classe – e portanto, a sociedade no seu conjunto, aceite o projeto dessa classe ou fração de classe como se fosse o “bem comum”, é indispensável a mobilização de amplos recursos ideológicos. Gramsci e vários outros pensadores marxistas mencionam os “aparelhos ideológicos do Estado” – escola, igreja, imprensa, parlamentos, etc. – mediante os quais a classe dominante constrói e mantém a sua hegemonia como classe dirigente.

Cabe, então, discutir o que vem a ser ideologia. As ideias podem significar “conceito” ou “objetivo”. E, em ambas as acepções, destinam-se a descrever ou reproduzir, através de imagens (que podem ser mais ou menos fiéis), um objeto que -na realidade - não está imediatamente presente aos sentidos.

As ideias são a matéria-prima das ideologias. O que é ideologia? A literatura oferece várias respostas. Segundo Nogueira⁸¹ (2010 p.205-206), a palavra “ideologia” foi usada pela primeira vez “em 1796, para se referir a uma possível ciência das ideias, que nunca se desenvolveu, nem chegou a se materializar”. Mais tarde assumiu o significado de cosmovisão, ou seja: uma visão sistemática e única da totalidade do mundo e de seus problemas.

No século XIX continuou a ter o significado de cosmovisão, mas agregou a concepção de que seria uma visão distorcida ou falsificada do mundo, elaborada por

⁷⁹Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁸⁰ Existem estudos que mostram que, no Brasil, as oligarquias agrárias foram muito bem sucedidas, durante séculos, em apresentar o que era o seu interesse como sendo o interesse da sociedade brasileira.

⁸¹ NOGUEIRA, Octaciano (2010). *Vocabulário da Política*. Brasília: Senado Federal/Unilegis

ideólogos. Daí a definição de ideologia por Marx e Engels como “uma falsa consciência da realidade”, podendo ser utilizada como instrumento de dominação de classe.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx apresenta o conceito de ideologia como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Mais tarde o autor amplia o conceito e fala das formas ideológicas mediante as quais a sociedade toma consciência da vida real: a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc.

Para Marx ideologia é um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere a consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade. Na obra de Lênin, ideologia ganha um outro sentido passando a significar qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais.

Finalmente, o sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia*, procura distinguir os conceitos de ideologia e de utopia. Para ele, ideologia é um conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que tem um caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente, servem a manutenção da ordem estabelecida.

Citando Nisbet, Nogueira lembra que “as ideologias, como as teologias, tem seus dogmas: grupos de crenças e valores. Em geral, ideologia significa um conjunto de ideias e crenças, mediante as quais o homem percebe o mundo exterior e atua sobre a informação, interpretando-a, a fim de compreender esse mundo e lidar com ele⁸².”

Uma ideologia não precisa ser racional, nem logicamente defensável e nem exibir estrutura lógica consistente: basta apresentar um sistema de crenças capaz de orientar o comportamento individual para a ação e o esforço coletivo.

O termo ideologia faz referência não somente a sistemas de crença, mas também a questões de *poder*. Por isso, as ideologias podem dar origem aos

⁸² É preciso distinguir ideologia de outros termos, como filosofia e teoria. A filosofia consiste em um conjunto de proposições logicamente articuladas, resultante da contemplação, da reflexão e da organização de ideias e que requer demonstração formal (lógica). Já a teoria é um conjunto de proposições logicamente articuladas, resultante da reflexão e da organização de ideias e que requer demonstração empírica. NOGUEIRA, op. cit. pag 206.

movimentos políticos e dar sustentação e legitimidade aos regimes políticos. Por isso que John Stuart Mill afirmou que “Uma pessoa com uma ideia é um poder social igual a noventa e nove outros que só têm interesses”⁸³.

As ideologias desempenham diversas importantes funções políticas e sociais. Primeiro, as ideologias servem de elemento de identidade pelo compartilhamento de ideias, crenças e valores e assim definem o que é comum e o que é o alheio, o estranho, e até o inimigo. Assim, criam um sentimento de propósito e de ação comuns, forjam solidariedades, operando como uma força integradora, unificadora e mobilizadora.

Segundo, sabe-se que uma organização existe quando os indivíduos desempenham diferentes papéis e funções com a finalidade de atingir um determinado objetivo. A ideologia proporciona essa percepção de objetivos comuns e meios articulados para a sua consecução e encoraja os indivíduos a executar as tarefas objetivadas.

Terceiro, a ideologia proporciona um veículo para expressar não somente interesses e projetos materiais, mas também traços de personalidade, desejos, esperanças e interesses.

Quarto, a ideologia é uma linguagem simplificada, baseada em símbolos, conceitos simples, que favorecem a comunicação e a rotulagem e, por consequência, a identificação dos diversos discursos e atores.

Quinto, a ideologia proporciona ligação emocional, sentimento de pertencimento, vínculos afetivos em torno de identidades compartilhadas.

Sexto, a ideologia presta-se à manipulação: pode envolver a deliberada formulação de proposições, para incitar ou induzir os indivíduos a agir em busca de finalidades que ou não estão inteiramente explícitas ou que podem estar cuidadosamente ocultas.

Todas as ideologias tratam de valores e visam a preservar ou a mudar uma situação ou um estado de coisas existente. Usualmente, as ideologias são classificadas como:

⁸³ MILL, John Stuart.(1964) **Considerações sobre o Governo Representativo**. Biblioteca “Clássicos da Democracia”. 19. São Paulo: IBRASA.

(a) Ideologias de Status Quo, são as que defendem e racionalizam (oferecem explicações aparentemente racionais) a ordem econômica, social e política existente em qualquer época ou em qualquer sociedade .

(b) Ideologias Radicais ou Revolucionárias, são as que advogam mudanças de longo alcance na ordem econômica, social e política existente.

(c) Ideologias Reformistas, que defendem mudanças graduais na ordem econômica, social e política existente em qualquer sociedade.

Existem diversas ideologias, umas mais importantes, outras, menos. Uma ideologia se torna mais importante quanto mais amplo for o âmbito de cobertura das crenças e valores que veicula, bem como sua lógica e estrutura interna. Sua importância também varia conforme a sua difusão, ou seja: a extensão de tempo durante a qual ela é professada e afeta a vida dos indivíduos que a compartilham e a sua extensão, ou seja: o número de indivíduos (ou espaço populacional) que a compartilham. Finalmente, uma ideologia tem a sua importância condicionada pela força do seu apelo, pela lealdade que suscita, pela profundidade dos sentimentos que mobiliza e pelo compromisso emocional que desencadeia.

Embora várias ideologias surgidas nos dois últimos séculos tenham perdido espaço e deixado de mobilizar ação política, algumas ideologias influenciaram decisivamente a história recente da humanidade e ainda hoje aparecem no debate político em versões "neo".

7. PRINCIPAIS CORRENTES IDEOLÓGICAS DA POLÍTICA NO SÉCULO XIX: LIBERALISMO E NACIONALISMO

Liberalismo

O liberalismo é uma corrente ideológica originada da reação dos comerciantes, emprestadores de dinheiro, artesãos e pequenos industriais contra a monarquia absoluta, a nobreza agrária e a Igreja. Possui três fundamentos ou núcleos: moral, econômico e político

1-O fundamento ou núcleo moral é a ideia de valor intrínseco do homem, enquanto indivíduo (e não como membro de um estamento ou um grupo de status). O indivíduo “por natureza” tem direitos: à vida, à dignidade e à liberdade. Esse núcleo moral orienta-se para defender o indivíduo contra o Estado, não para distribuir o poder do Estado.

A liberdade pessoal consiste no conjunto de proteções contra a ação arbitrária do Estado e o seu requisito básico é o de que todos (inclusive os governantes) vivam sob leis conhecidas. Ninguém poderá ser preso sem conhecer os motivos e sem ter sido julgado por um juiz imparcial; ninguém terá o seu domínio privado violado pelo Estado, sem amparo em uma decisão judicial; ninguém terá a sua integridade física violada, ninguém poderá sofrer impedimentos à sua circulação pelo espaço físico, ninguém poderá ser punido pelas suas crenças religiosas, etc.

A liberdade civil refere-se aos canais e áreas livres e positivas de atividade e participação humana, que dependem da liberdade de pensamento: liberdade de opinião, liberdade de expressão oral ou escrita, liberdade de divulgação de ideias, liberdade de discussão e de associação.

A liberdade social corresponde ao que hoje se conhece como “mobilidade social”, ou o direito de progredir e de ter oportunidades de alcançar uma posição social compatível com suas potencialidades e méritos pessoais (e não de grupo, de família ou de status).

2-O fundamento ou núcleo econômico é a ideia de que as liberdades econômicas (o direito de propriedade, o direito de produzir, comprar, vender, acumular riquezas, tomar iniciativas de trabalho, etc) são tão essenciais quanto as liberdades civil e social.

O principal argumento em defesa dessas liberdades é o caráter voluntário das relações entre os diversos agentes econômicos, expressa como a “liberdade de contratar”. O ponto de encontro das várias vontades individuais, onde se

estabelecem as relações contratuais, é o mercado. É onde se reúnem indivíduos livres, racionais e auto-interessados.

A essência do liberalismo está na passagem de uma ordem baseada no status (relações grupais fixas, baseadas na origem de nascimento) para uma ordem baseada no contrato (relações baseadas na auto-determinação individual). E de uma ordem onde o Estado não tinha restrições para uma ordem que protege o indivíduo mediante limitações impostas ao Estado.

Esses fundamentos tinham por base um conjunto de teorias, dentre as quais se destacam as de Adam Smith, Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

Adam Smith em suas obras *A Riqueza das Nações* e *Uma Teoria dos Sentimentos Morais*, argumentou que qualquer indivíduo é o melhor juiz dos seus interesses e das suas ações. Se todos tiverem oportunidade de realizar livremente os seus interesses, eles o farão, e assim a sociedade irá prosperar. A harmonia social e econômica resulta da livre concorrência e da interação de interesses e forças econômicas (dinâmica do mercado) que ele denominou "*identificação natural dos interesses*". O mercado seria um sistema de liberdade natural que só pode operar com perfeição se não sofrer as distorções provenientes dos sistemas de repressão (Estado, governo).

Jeremy Bentham - em *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* - formulou os princípios do utilitarismo, que vieram a completar a fundamentação da concepção do livre-mercado. Resumidamente:

(a) todos os objetos tem uma utilidade, ou seja, podem satisfazer a uma necessidade humana;

(b) a utilidade é subjetiva, portanto, cabe a cada homem decidir qual objeto atende às suas necessidades;

(c) o princípio que rege todas as ações humanas é a busca da satisfação (prazer) e a fuga ao sofrimento.

Como todo homem é o melhor juiz da sua felicidade e todos buscam a felicidade, todos são auto-interessados. Daí decorre que se todos tiverem a liberdade para buscar o seu prazer e evitar o sofrimento, haverá a maior felicidade do maior número - sem a necessidade de intervenção do Estado. Assim, para Bentham, a liberdade - como tudo o mais - deve ser defendida pela sua utilidade.

John Stuart Mill, por sua vez, indagava: Se a identificação natural dos interesses não for completa, como evitar que a felicidade de um homem signifique o sofrimento de outros? Pelo esclarecimento: o auto-interesse egoísta daria lugar ao "*auto-interesse esclarecido*", ou seja, pela educação, os homens seriam capazes de aprender a importância da auto-contenção para a vida em sociedade. Ao invés de

buscar egoisticamente o seu prazer imediato, os homens aprenderiam a hierarquizar os objetos de prazer não por padrões subjetivos, mas pela sua qualidade intrínseca.

3-O fundamento ou núcleo político do liberalismo é composto por quatro princípios: o consentimento individual (proposto por John Locke); a representação e o governo representativo (John Locke e John Stuart Mill); soberania popular (proposta por Jean-Jacques Rousseau); e o constitucionalismo (Locke, Montesquieu e os federalistas americanos);

O consentimento individual é o que daria origem à ordem política: cada indivíduo consentiria em obedecer a uma lei comum, um juiz comum e um poder executivo comum. Os homens consentiriam porque a vida em uma comunidade política (Estado) é a melhor forma de preservar sua vida, sua liberdade e seus bens. O consentimento é sempre individual, não necessita ser unânime e é a fonte da autoridade e a base da obediência.

No sistema proposto por Locke, a autoridade política emana do povo: esta é a ideia de governo representativo para esse autor, que dela deduz a soberania parlamentar e governo da maioria. Além de Locke, também John Stuart Mill acreditava que o governo representativo seria melhor proteção para os indivíduos – contra os privilégios da nobreza e da Igreja⁸⁴ - mas temia a tirania da maioria. Mill apontou dois perigos do governo representativo: a ignorância e incapacidade gerais e o perigo da influência de interesses não coincidentes com o bem-estar geral da comunidade.

A concepção do governo representativo foi questionada por Jean-Jacques Rousseau, que defendeu uma doutrina radical de soberania popular (vontade geral), contra o absolutismo. Para Rousseau a soberania era inalienável, infalível e indestrutível mas acreditava que a representação poderia desvirtua-la.

O Constitucionalismo é a concepção de que tanto governantes como governados devem estar subordinados à lei. Tanto Locke quanto Montesquieu viam na Constituição o único instrumento capaz de limitar o poder político, mesmo quando esse se baseasse na vontade do povo. Os federalistas americanos orientaram-se para a formalização legal – uma Constituição escrita que estabelecesse limitações explícitas aos governantes, institucionalizasse a separação dos Poderes com controles mútuos e estabelecesse procedimentos que impusessem a responsabilidade dos governantes frente aos governados, através de eleições periódicas.

⁸⁴ Obedecendo ao princípio de “um homem, um voto”, em lugar do voto plural.

O liberalismo é uma ideologia anti-Estado, que atribui mais valor ao indivíduo e às suas iniciativas do que ao Estado e à sua intervenção. Os indivíduos e as instituições sociais são vistos como claramente separados do Estado, duas diferentes esferas de vida e de ação. Segundo Stuart Mill, quando essas duas esferas se relacionam, a função do Estado é somente a de proteger as liberdades pessoais, civis e econômicas, observando seu limite. Isso porque o liberalismo considerava antitéticas as relações entre Estado e sociedade ou indivíduo: onde cresce o poder do Estado diminui o poder dos indivíduos.

Assim, o grande problema do pensamento liberal seria definir a linha demarcatória que separa o Estado da sociedade e dos indivíduos. Stuart Mill oferece um critério: os atos individuais que afetam somente o próprio indivíduo não dizem respeito ao Estado. Somente cabe ao Estado regulamentar os atos que afetam negativamente outras pessoas ou terceiros. Todavia, existe outra questão: Quando deveria o Estado atuar sobre os atos que afetam terceiros: após o efeito ter acontecido, ou preventivamente, antes que o efeito se faça sentir?

Nacionalismo

O nacionalismo⁸⁵ é a ideologia que afirma o direito de uma dada nacionalidade de formar um Estado e se organiza como um “movimento” político para consegui-lo. O nacionalismo foi muito influenciado pelo idealismo e pelo romantismo, que foram filosofias e ideologias que floresceram no século XIX⁸⁶.

O nacionalismo é uma ideologia de desenvolvimento recente, tendo surgido primeiramente na Europa, no final do século XVIII, onde se originou- do ideal de “Fraternidade” da Revolução Francesa. Como ideologia, destina-se a desenvolver e mobilizar uma consciência nacional em uma população politicamente inconsciente, com o objetivo de mobilizá-la e estimular o surgimento de novas lideranças de modo

⁸⁵Para melhor entender essa discussão pode-se considerar “Estado” o poder soberano exercido como monopólio do uso da violência sobre um povo em um determinado território. “Estado-Nação” ou “Estado nacional” é o Estado que deriva sua legitimidade e identidade de uma nacionalidade. “Nacionalidade” consiste em uma identidade étnica e/ou cultural, com base em critérios variados; língua, religião, raça, tradições, consciência histórica, território, destino comum. Um Estado pode incluir várias nacionalidades (ex: Império Austro-Húngaro, URSS, Iugoslávia, pré-1992).

⁸⁶Em contraposição ao Iluminismo, Racionalismo e Liberalismo que foram ideias e ideologias dominantes nos séculos XVII e XVIII, o século XIX foi marcado pelo lirismo, pela subjetividade e pela emoção. O **Romantismo** foi uma ideologia que originou um movimento artístico, filosófico e político, surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa, que perdurou por grande parte do século XIX, num ambiente intelectual de grande rebeldia. O Romantismo valorizava as forças criativas do indivíduo e da imaginação popular. Opunha-se aos clássicos e baseava-se na inspiração fugaz dos momentos fortes da vida subjetiva: na fé, no sonho, na paixão, na intuição, na saudade, no sentimento da natureza e na força das lendas nacionais.

a afirmar uma nacionalidade⁸⁷. Sua característica central é uma mensagem de unificação e integração, que solidifica a comunidade, cria lealdades e uniformidades, a fim de absorver o indivíduo nos propósitos e na vida do Estado-Nação. O nacionalismo se torna um movimento político quando expressa uma autoconsciência que quer afirmar sua singularidade e formar um Estado.

O nacionalismo desenvolveu-se ao longo de todo o século XIX e propagou-se, após a Segunda Guerra Mundial, aos países do então chamado "Terceiro Mundo", especialmente nas antigas colônias europeias da África, Oriente Médio e Ásia, dando origem às guerras coloniais das décadas de 1950 a 1970.

⁸⁷São considerados critérios objetivos de nacionalidade: língua, religião, história e tradições comuns, território comum⁸⁷. A religião teve especial importância no período de formação da consciência nacional e de afirmação da independência política de Estados-Nações nos séculos XVI e XVII e, muitas vezes, eram as guerras religiosas que mobilizavam o povo. Os critérios subjetivos de nacionalidade são próprio nacionalismo e a autodeterminação. O elemento subjetivo está na vontade e no propósito. A autodeterminação é o direito dos que constituem uma nacionalidade para formarem seu próprio Estado soberano

8. PRINCIPAIS CORRENTES IDEOLÓGICAS DA POLÍTICA NO SÉCULO XX: DEMOCRACIA, FASCISMO, COMUNISMO E LIBERALISMO NO SÉCULO XX

Democracia

O grande pensador Amartya Sen sustenta que o fenômeno mais importante do século XX é a democracia, a qual é a via mais segura para o desenvolvimento, desde que seja assegurado à população o exercício da cidadania. A democracia guarda acentuadas afinidades com o liberalismo, mas não se confunde com ele. De fato, expressando sua dificuldade de compatibilizar liberdade e igualdade, a democracia moderna – diferentemente da democracia dos antigos – originou-se de uma divisão do liberalismo europeu.

Desde 1848 desenvolveu-se na Europa Ocidental a chamada “Democracia Radical”, que assumia o núcleo moral do liberalismo (o valor do indivíduo, suas liberdades pessoais e direitos civis). Apoiava também o fundamento político, interpretado em termos rousseauianos: o poder emana diretamente do povo⁸⁸ e a maioria poderia tomar as decisões diretamente ou através de assembleias representativas soberanas. Mas não assumia o fundamento econômico, apresentando fortes reservas à ideia de que as liberdades econômicas são tão essenciais quanto as demais. No final do século XIX os liberais e os democratas radicais se conciliaram, numa corrente chamada de “Democracia Política”, cujo ideário baseava-se na ideia de governo da maioria, participação universal mediante a representação política, reafirmação dos direitos individuais e das minorias e aceitação da intervenção do Estado na economia quando fosse necessário controlar preços e estimular a atividade econômica.

Paralelamente, ainda no século XIX, o socialismo – cuja proposta de uma sociedade igualitária livre vinha sendo defendida desde a Antiguidade grega – tomou força, organizando-se – como “socialismo utópico” – em torno de algumas ideias:

⁸⁸ Defendia sufrágio universal absoluto e a total ausência de restrições à vontade popular.

1-Aversão à propriedade privada e à exploração dos pobres pelos ricos: “A propriedade é um roubo”

2-Compromisso com o coletivismo: a propriedade comum da riqueza.

3-Crença na natureza social do homem em oposição à ética individualista e utilitária. Defesa da interdependência e da solidariedade social: comunitarismo

4-Forte defesa da educação, como forma de desenvolver o comunitarismo em substituição ao egoísmo e à competição.

Da mesma forma que houve uma conciliação do liberalismo com a democracia radical, dando origem à chamada “democracia política”, ao final do século XIX houve uma conciliação entre essa última e o socialismo, dando origem ao que hoje se conhece como “socialismo democrático” ou “social-democracia”.

Essa vertente propunha a mudança social através de meios políticos pacíficos e de procedimentos eleitorais, a defesa dos valores morais liberais e a ênfase nos direitos individuais e civis⁸⁹. Nesse ínterim, Marx e Engels desenvolveram e apresentaram o sistema de pensamento conhecido como “socialismo científico”, “socialismo revolucionário”, que inspirou os movimentos socialistas das classes trabalhadoras na Europa Ocidental.

No final do século XIX Eduard Bernstein, um socialista alemão, produziu uma grande crítica à obra de Marx, destacando especialmente os seguintes pontos: (a) o sistema capitalista liberal não dava mostras de estar prestes a cair, como previra Marx; (b) as classes sociais não estavam se comprimindo e se agregando em apenas duas, como Marx tinha previsto: ao contrário, graças às corporações e à bolsa de valores um número cada vez maior de pessoas passou a ter propriedade na forma de ações; (c) a economia capitalista estava produzindo um número sempre crescente de empregos na medida em que a produção se tornava mais especializada, fazendo crescer e mudar, em quantidade e qualidade, as classes médias; (d) a democratização crescente favoreceu a formação de partidos políticos fortes que representavam os trabalhadores e que tinham condições de assumir o poder político e usar o Estado para sua própria proteção e para a redistribuição da renda, bens e

⁸⁹ Desenvolveu-se nessa época o “Socialismo Fabiano” ou “fabianismo”, que defendia a propagação gradual (e não por revolução) do socialismo, a educação e a ação política no âmbito das instituições democráticas e parlamentares. A mudança pretendida era a socialização dos meios de produção, controles estatais da economia e medidas amplas de assistência social para produzir a maior igualdade possível. Desse núcleo de ideias nasceu o Partido Trabalhista inglês, nos primeiros anos do século XX.

serviços. Essa doutrina – apresentada na obra “Socialismo Evolucionista” – veio a ser conhecida como “Revisionismo”. Abandonou-se a proposta da luta de classes revolucionária, substituindo-a pela ação dos sindicatos e da ação partidária democrática para promover a mudança social. O Revisionismo, fundado na obra de Bernstein, deu a sustentação teórica e filosófica para o Socialismo Democrático, que começou a se espalhar por toda a Europa Ocidental e Europa do Norte: Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Países escandinavos.

Hoje há uma grande variação de conceitos em torno da democracia. Norberto BOBBIO⁹⁰ oferece *‘uma definição mínima de democracia’*

(...) por *‘democracia’* se entende um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam à toda a coletividade. As regras são as seguintes:

a) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, religião, condições econômicas, sexo etc., devem gozar dos direitos políticos, isto é, do direito de exprimir com voto a própria opinião e/ou eleger quem a exprima por ele;

b) o voto de todos os cidadãos deve ter peso idêntico isto é, deve valer por um; c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo a própria opinião, formando o mais livremente possível, isto é, em uma livre concorrência entre grupos políticos organizados, que competem entre si para reunir reivindicações e transformá-las em deliberações coletivas;

c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo a própria opinião, formando o mais livremente possível, isto é, em uma livre concorrência entre grupos políticos organizados, que competem entre si para reunir reivindicações e transformá-las em deliberações coletivas;

d) devem ser livres ainda no sentido em que devem ser colocados em condição de terem reais alternativas, isto é, de escolher entre soluções diversas;

e) para as deliberações coletivas como para as eleições dos representantes deve valer o princípio da maioria numérica, ainda que se possa estabelecer diversas formas de maioria (relativa, absoluta, qualificada), em determinadas circunstâncias previamente estabelecidas;

⁹⁰ BOBBIO, Norberto .(1986) O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo Rio de Janeiro: Paz e Terra.

f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em modo particular o direito de tornar-se, em condições de igualdade, maioria.

Mas, para Bobbio, somente através da solidariedade é que a democracia poderá compatibilizar os ideais de liberdade e de igualdade, os quais, segundo Tocqueville⁹¹, estão sempre em contradição ao longo da história humana.

Ideologias Totalitárias

As ideologias totalitárias começaram a se desenvolver entre o final do século XIX e atingiram o auge durante a primeira metade do século XX. Seus fundamentos encontram-se nas ideias de elitismo, racismo, darwinismo social, irracionalismo, exaltação da violência, subordinação do indivíduo ao grupo e nacionalismo.

Enquanto ideologia, o “elitismo” defende, basicamente, duas ideias. Primeiro, os homens não são iguais, pois em todas as sociedades do mundo há homens que comandam (elite) e homens que são comandados (massa). Segundo, as massas necessitam ser conduzidas, precisam de líderes. Existiria uma relação orgânica entre elite e massa, de tal sorte que nunca haveria oposição entre elas, mas uma complementação, não podendo uma existir sem a outra.

A partir dessas duas proposições, desenvolveram-se diversos sistemas de pensamento. Por exemplo, Pareto sustentava que a elite se destacava por suas qualidades especiais enquanto a massa era amorfa e medíocre, só lhe restando ser conduzida. Nietzsche identificou a liderança com o “homem heróico” que tinha a vontade do poder e o desejo de dominar: o super-homem que subiria ao poder e imporá sua lei e sua vontade à “multidão sem espinha”. O futuro pertenceria aos heróis, livres da coerção da lei e da moralidade convencional. Lenin, por sua vez, enfatizou que somente a “vanguarda revolucionária” seria capaz de organizar o Partido Comunista e conduzir as massas alienadas na revolução.

Um dos princípios das ideologias totalitárias (em oposição ao liberalismo) é o “espírito grupal”. Todas sustentam que o todo é maior que a soma das partes, logo o todo tem precedência sobre as unidades. O grupo tem predominância sobre o

⁹¹ QUIRINO, Célia G. “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade” .in WEFFORT, Francisco (org.) *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Atica, 2001.

indivíduo. Não existe moralidade individual, mas apenas conformidade grupal. Parte importante do espírito grupal é a ideia de "*pertencimento*". O argumento é o de que os indivíduos isolados se perdem no anonimato das massas. Por isso, todos necessitam de laços para ancorar sua existência: precisam pertencer, estar ligados a grupos ou hierarquias que tomam decisões e ser parte de um todo com obrigações e direitos fixos daí resultantes.

O "irracionalismo"⁹² foi um componente essencial às ideologias totalitárias, porque favorecia o seu caráter dogmático. Tinha suas raízes no idealismo e no romantismo, expressando a decepção da sociedade com o iluminismo e o racionalismo.

Por que é importante a ênfase no irracionalismo e na intuição? Por dois motivos. Primeiro, porque se algo não é resultado da razão, não está sujeito à contra-argumentação racional, ou seja: não admite debate, portanto, deve ser aceito como dogma. Segundo, porque a contrapartida da intuição, na política, é o "mito", ou seja, uma ideia ou símbolo que mobiliza porque apela para a emoção. O mito⁹³ unifica e orienta comportamentos de massa, sem que seja necessário recorrer à persuasão racional. Dessa forma, são eliminadas as restrições externas e os questionamentos às proposições de uma ideologia.

Outro importante componente das ideologias totalitárias é o culto à violência. De forma mais ou menos explícita, todas as ideologias totalitárias defendem o uso da violência, a revolução sangrenta, a formação de milícias para combater os opositores⁹⁴.

A maioria das ideologias totalitárias assume como princípio o "Darwinismo Social": sustentam que os que conseguem sobreviver, na sociedade, são superiores

⁹²Seus axiomas são: todo conhecimento é subjetivo, portanto, particular. A intuição (e não a razão) é a única forma de chegar ao conhecimento absoluto. Schopenhauer, filósofo alemão, escreveu um livro que se iniciava com a frase: "O mundo é uma ideia minha..." o que significava que o conhecimento é inteiramente subjetivo, e como tal, não está sujeito ao discurso racional e científico

⁹³Exemplos de Mitos totalitários: supremacia racial, pureza racial, força nacional, ressurreição de impérios, recuperação da glória passada (fascismo), reafirmação dos laços tribais (germânicos, no caso do nazismo), ditadura do proletariado (comunismo), etc.

⁹⁴O pensador sindicalista revolucionário francês, Georges Sorel dizia que a violência é, em si mesma enobrecedora, e ajuda o povo a desenvolver a coragem, a moral e as emoções necessárias para se distinguir da covardia e racionalidade burguesa. Marx, Engels, Lenin e Stalin defendiam a revolução violenta para pôr fim à ordem burguesa. Hitler defendia a eliminação violenta dos que conspiravam a pureza racial.

e melhores do que os que fracassam e assumem que o conflito entre indivíduos e grupos é um processo natural e necessário para eliminar os mais fracos e selecionar os mais fortes.

Bastante associado com o darwinismo social, o "racismo" tem sido um elemento importante na maioria das ideologias totalitárias. Sustenta que os homens não são iguais, eles se diferenciam por raças; e há raças superiores e inferiores. As raças inferiores devem ser eliminadas para que as raças superiores possam viver melhor. Todas as ideologias racistas defendem a "faxina étnica" que inclui, entre seus métodos, o genocídio - que é o extermínio ou a desintegração de uma comunidade pelo emprego deliberado da violência.

Fascismo

Existem definições diversas e frequentemente contraditórias do conceito de Fascismo. A multiplicidade de definições é demonstrativa não só pela real complexidade do objeto estudado, como também pela pluralidade de enfoques, cada um dos quais acentua, de preferência, um ou outro traço considerado particularmente significativo para a descrição ou explicação do fenômeno.

Segundo o Dicionário de Política de Norberto Bobbio⁹⁵, deve-se *"distinguir três usos ou significados principais do termo Fascismo. O primeiro faz referência ao núcleo histórico original, constituído pelo Fascismo italiano em sua historicidade específica; o segundo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou, quando o nacional-socialismo se consolidou na Alemanha com tais características ideológicas, tais critérios organizativos e finalidades políticas, que levou os contemporâneos a estabelecerem uma analogia essencial entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo alemão; o terceiro, enfim, estende o termo a todos os movimentos ou regimes que compartilham com aquele que foi definido como "Fascismo histórico", de um certo núcleo de características ideológicas e/ou critérios de organização e/ou finalidades políticas. Nesta última acepção, o termo Fascismo assumiu contornos tão indefinidos, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos. Por isso, vem-se acentuando cada vez mais a tendência de restringir seu uso apenas ao Fascismo histórico, cuja história se desenrola na Europa entre os anos 1919 e 1945"*

⁹⁵ Op. cit.

e que está essencial e especificamente representado no Fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão."

O Regime Político Fascista

O termo Fascismo se aplica tanto à ideologia como ao movimento político que se impôs na Itália nos anos imediatamente posteriores à Primeira Guerra Mundial, e ao tipo de regime por ele instaurado após a tomada do poder, que apresentava as seguintes características:

- a) monopolização da representação política por um partido único de massa, hierarquicamente organizado;
- b) ideologia fundada no culto ao líder, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo;
- c) objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas;
- d) mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações voltadas para uma socialização política planejada, funcional ao regime;
- e) aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror;
- f) um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa;
- g) um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, privada;
- h) tentativa de integrar, nas estruturas de controle do partido ou do Estado, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

O Estado Fascista estabeleceu-se na Itália em 1922, uma década antes do nazismo na Alemanha. O Partido Fascista, porém, surgiu na mesma época em que se formou o Partido Nazista na Alemanha. Existem diversas semelhanças entre fascistas e nazistas na trajetória de conquista do poder:

1-O fascismo explorou o sentimento de revolta nacionalista após a Primeira Guerra porque a Itália não recebeu as compensações territoriais que esperava devido à sua participação no esforço de guerra.

2-As instituições parlamentares não eram capazes de dar resposta aos problemas do país: os partidos eram fragmentados, os governos duravam pouco porque os gabinetes era instáveis.

3-As instituições democráticas não eram valorizadas pela maioria da população e era frágil a experiência da população italiana com a democracia e com o governo representativo.

4-Os trabalhadores se associaram a poderosos movimentos esquerdistas – socialistas, anarquistas e comunistas – que passaram a controlar muitos dos sindicatos operários e eram vistos como uma “ameaça vermelha” pelas classes médias, pela Igreja, pela burguesia industrial e até pelos camponeses.

5-Surgiram e se espalharam grupos de “vigilantes” nacionalistas, que entraram em luta aberta contra os esquerdistas, liderados pelo recém-formado Partido Fascista.

6-A economia encontrava-se em crise, com elevada inflação, que corroía especialmente os salários da classe média. Enquanto os sindicatos operários conseguiam manter o poder de compra dos seus salários, a classe média estava se empobrecendo, perdendo renda e status.

7-Mussolini, como Hitler, era um líder carismático, e ambos propuseram, inicialmente, medidas de forte matiz socialista: confisco dos lucros da guerra; socialização das indústrias, participação dos trabalhadores na gestão das empresas, utilização das terras devolutas pelos camponeses e equidade social e econômica para os pobres e trabalhadores.

A estrutura ideológica do fascismo

O Fascismo, como o Nazismo, foi uma resposta à democracia, ao liberalismo e à ameaça do comunismo. As ideias eram de rejeição à competição, ao individualismo, à procura de lucros e ganhos materiais, à fragmentação e ao particularismo. Em lugar disso, propunha-se a unidade, organicidade, cooperação, disciplina e esforço compartilhado para realizar o objetivo coletivo do Estado.

Sem a coletividade grupal, não poderia haver vida e liberdade individual e nem propósitos comuns. Somente o Estado seria capaz de exprimir a coletividade e os

indivíduos nela contidos. Por isso, deveriam se subordinar ao Estado todas as atividades e organizações sociais, todos os interesses individuais, todas as manifestações culturais (inclusive a religião) e todos os direitos materiais, políticos e morais.

A ideologia fascista se diferenciava, nesse ponto, do nazismo. Este último era um movimento populista que dizia representar o povo –“volk”- , do qual emanava o partido nazista. Já o fascismo presumia uma hierarquia de instituições e funções todas organizadas pelo Estado e operando sob sua jurisdição. Paralelamente ao conceito de Estado e frequentemente usado em seu lugar, estava o conceito de “nação”. A nação e o nacionalismo eram concebidos como o centro espiritual para a unificação do povo dentro do Estado, que tudo abrangeia⁹⁶.

Existiu, na ideologia fascista, uma concepção do homem heróico, capaz de grandes empreendimentos, sem se prender às considerações materiais mesquinhas do cálculo racional. Da mesma forma, no nazismo havia a concepção do super-homem representante da pureza ariana.

O esforço de modelar uma nova sociedade e um novo homem exigiria liderança e um determinado tipo de instituições para organizá-los e liderá-los: o Partido Fascista e o líder (o Duce). O Duce fala pelo Estado e pelo Partido, encarnados em sua pessoa. O Partido age em nome do Líder, pelo Estado.

Com isso, os funcionários do Partido ocupam todos os postos importantes do Estado: todas as instituições públicas são reservadas por lei aos membros do Partido⁹⁷.

A organização econômica assumida pelo fascismo foi o corporativismo, que expressava a ideia de cooperação entre o capital e o trabalho, patrões e empregados (membros reunidos em um só corpo), em oposição à ideia da luta de classes. A função das corporações era disciplinar a produção e – sob a aprovação do Estado –

⁹⁶ O principal lema do fascismo era: “Tudo dentro do Estado, tudo para o Estado, nada fora do Estado”.

⁹⁷ Mussolini permitiu que o Rei permanecesse no trono como chefe formal a fim de manter o apoio dos monarquistas e conservadores. Também permitiu que o Parlamento continuasse existindo e legislando e houvesse eleições periódicas, com candidatos exclusivamente fascistas. Mas era o Duce que era o líder e chefe responsável do governo e quem decidia todas as questões do Estado.

fixar os preços de bens, serviços e salários e supervisionar as condições de trabalho nas empresas⁹⁸.

As corporações eram os elos da cadeia que ligava os cidadãos ao Estado. Eram presididas por um ministro fascista e reuniam os sindicatos fascistas, que tinham substituídos os antigos sindicatos socialistas e comunistas⁹⁹.

O Fascismo em sua dimensão política apresenta diferenças ideológicas e projetivas com relação ao nazismo. Não se nega a existência de um denominador comum entre os dois fenômenos/ideologias e, por conseguinte, a possibilidade de englobá-los no mesmo conceito de Fascismo¹⁰⁰; mas esse denominador serve mais para estabelecer limites em relação ao exterior, isto é, em relação a outros regimes e ideologias totalitários, do que para lhe explicar a natureza, os objetivos fundamentais e a função histórica.

O **Franquismo** (1939-1975) foi um regime ditatorial fascista que surgiu na Espanha depois do término da guerra civil. O clima político e social na Espanha na primeira metade da década de 1930 era tenso e cheio de conflitos entre nacionalistas e esquerdistas. A essa altura o avanço das forças fascistas que já havia conquistado toda a Itália (em 1922), toda Alemanha (em 1933) e toda a Áustria (em 1934) e se estendia por todo o leste europeu. A guerra civil espanhola teve início quando em 18 de julho de 1936, o general Francisco Franco comandou o exército espanhol num golpe de estado contra o governo democrático e legal da Segunda República

⁹⁸ O regime fascista italiano estabeleceu 22 corporações, cada qual responsável por uma ampla área de atividade econômica e cada qual reconhecida como um organismo oficial do Estado.. Em cada corporação empregados e empregadores eram igualmente representados e em todas elas havia um membro do Partido Fascista representando "o público". Todas as corporações elegiam a Assembleia Geral Corporativa.

⁹⁹A ideologia fascista original era anti-burguesa, anti-liberal, anti-elites (clero, proprietários de terras e nobreza) e propunha extensas reformas estruturais em benefício dos trabalhadores e dos pobres. Na prática, o movimento fascista acabou sendo capturado pelas elites, pela burguesia e pelas classes médias.

¹⁰⁰ Variações do Fascismo: Salazarismo, em Portugal e Franquismo, na Espanha

Consultar: http://www.slideshare.net/samanta_vglr/nazismo-fascismo-salazarismo-franquismo-e-estado-novo-no-brasil

Espanhola. Porém, o golpe não foi bem sucedido e a Espanha ficou dividida entre nacionalistas (falangistas) e republicanos. Nas áreas republicanas, controladas pelos esquerdistas, houve uma revolução social, terras foram coletivizadas, as fábricas foram dominadas pelos sindicatos, assim como o meio de comunicação. Os falangistas conseguiram apoio militar dos regimes fascistas da Alemanha e Itália, que estavam interessados em implantar um regime fascista na Espanha e combater o movimento socialista no país. Já os republicanos contaram com o envio de armas e equipamentos bélicos da União Soviética. Após quase três anos de conflito bélico a Guerra Civil Espanhola, considerada uma das mais violentas e cruéis da história, terminou com a vitória dos falangistas que conseguiram derrubar o Governo Republicano do poder. Francisco Franco assumiu o poder em abril de 1939, implantando um regime ditatorial de direita na Espanha.

O franquismo foi comandado pelo general Francisco Franco, apoiado pela Igreja Católica e pelo Exército e exercia os poderes Executivo, Legislativo e controlava o Judiciário. As bases do franquismo foram definidas pelo anti-liberalismo e pelo anticomunismo.

Salazarismo ou **Estado Novo**, foi um regime ditatorial fascista da República de Portugal instituído em 1933, que teve seu término em 1974, sendo derrubado pela Revolução de 25 de Abril. O termo "salazarismo" provém do nome de Antônio de Oliveira Salazar (1932-1970), chefe do governo português durante grande parte desse processo político. Vale ressaltar, que o termo "Estado Novo" foi criado por uma justificativa ideológica como uma maneira de simbolizar o país numa nova era a partir da Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926, encerrando o período de liberalismo em Portugal vigente desde os tempos da monarquia constitucional e da Primeira República.

Tanto o Franquismo quanto o Salazarismo tiveram em sua ideologia um forte componente católico, que os distinguiu do paganismo nazista.

Comunismo

O Comunismo é uma ideologia e um regime político totalitário de esquerda. Desde a proposta original de Platão¹⁰¹ e a concepção comunista que veio a se expressar como uma ideologia associada a um regime político, houve diversas formulações críticas à propriedade privada e voltadas para a sua supressão, a fim de corrigir as desigualdades dela resultantes e inaugurar uma nova ordem social. A formulação que deu origem a um movimento político e resultou na implantação de um regime político originou-se no marxismo. É possível identificar cinco ideias centrais do pensamento marxista¹⁰², fundadas na interpretação econômica da história:

(i) *As necessidades materiais de sobrevivência* fazem com que homens entrem em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade. Por isso, o movimento da história deve ser analisado a partir dessa estrutura material da sociedade (forças de produção, relações de produção), e não a partir do modo de pensar dos homens;

(ii) Em toda a sociedade, pode-se distinguir a base econômica, ou infra-estrutura, e a superestrutura. A primeira é constituída pelas forças e relações de produção. A segunda, pelas instituições jurídicas e políticas, bem como os modos de pensar, as ideologias, as religiões e as filosofias;

¹⁰¹ De acordo com o Dicionário de Política, coube a Platão a primeira formulação orgânica de um ideal político comunista. Na *República*, de fato, onde traça o modelo da cidade ideal, ele prevê a supressão da propriedade privada, a fim de que desapareça qualquer conflito entre o interesse privado e o Estado, e a supressão da família, a fim de que os afetos não diminuam a devoção para o bem público. O acasalamento dos sexos deve ser temporário e os filhos devem ficar desconhecidos aos pais: o Estado proverá a sua educação e criação. Ao traçar este modelo, Platão não se refere à totalidade do povo, mas somente às classes superiores ou aos dirigentes do Estado: os guerreiros e os guardiães. Para as classes inferiores, ao invés, isto é, para aqueles que são destinados à agricultura, aos serviços manuais e ao comércio, ele prevê a organização econômica e familiar tradicional.

¹⁰² ARON, Raymond. (2000) "*As etapas do pensamento Sociológico*". São Paulo, Martins Fontes.

(iii) O motor do desenvolvimento da história é a contradição entre as forças e as relações de produção (relações de classe);

(iv) Emerge dessa contradição, a luta de classes, uma vez que, nos períodos revolucionários, é possível identificar uma classe associada às antigas relações de produção e outra mais progressista, ansiosa por novas relações de produção;

(v) Há uma teoria das revoluções subjacente à dialética das forças e das relações de produção;

Ao avaliar os vários contextos históricos, Marx e Engels chegaram à conclusão de que a mudança das sociedades humanas se dá por meio da luta de classes. O marxismo vê o capitalismo e a sociedade capitalista como dotados de uma dinâmica de acelerada mudança das forças produtivas, mas não das relações de produção. Por isso, é no capitalismo que a alienação – tanto do trabalhador como do capitalista – chega ao seu auge. E é por isso que a classe revolucionária, capaz de derrubar a ordem capitalista é o proletariado, organizado através do seu partido político – o Partido Comunista.

A luta comunista pretende a emancipação do proletariado por meio da liberação da classe operária, para que os trabalhadores da cidade e do campo, em aliança política, eliminem as instituições da propriedade privada que vive da exploração do trabalho humano, transformando a base produtiva no sentido da socialização dos meios de produção, para a realização do trabalho livremente associado - o comunismo -, abolindo as classes sociais existentes e orientando a produção - sob controle social dos próprios produtores - de acordo com os interesses humanos naturais.

Leninismo

Talvez a mais importante das modalidades assumidas pela ideologia comunista tenha sido o Leninismo, que estabelecia que:

a) o Estado (burguês) é o produto da irreconciliabilidade dos antagonismos de classes, que atua como uma agência da classe capitalista;

b) o Direito e o Estado são instrumentos para a dominação da classe dominante contra os trabalhadores

c) a única forma de derrubar a propriedade é pela tomada do Estado burguês

d) os estágios revolucionários são (i) o levante armado do proletariado sob uma liderança apropriada; e (ii) a tomada do controle político pelos trabalhadores sob a forma de uma ditadura do proletariado para conter as forças contra-revolucionárias da burguesia e efetuar a socialização dos meios de produção

O Leninismo é também uma concepção específica do Partido Comunista, conduzido por uma vanguarda de classe que ensina e guia, que controla e comanda, que é o depositário único e infalível da verdade política e da linha estratégica da revolução. O partido Comunista teria que ser organizado na base do "centralismo democrático"¹⁰³.

O Leninismo não apresenta apenas uma teoria da conquista do poder, mas também uma teoria da sua gestão: *ditadura do proletariado*, significando o poder ilimitado, baseado diretamente na força, sem limites, nem restringido por quaisquer leis ou regras.

Para Marx e Engels, o *Estado Operário* é parte do processo de transição do capitalismo para o socialismo, que é o regime intermediário em direção ao Comunismo. O socialismo corresponde ao processo revolucionário de tomada dos meios de produção e liquidação da resistência burguesa. Para Engels, o Estado deveria ser abolido concomitantemente a abolição das classes sociais porque, uma vez derrotada a burguesia, não haveria mais as condições objetivas que produziram o Estado Operário (a exploração), tendo desaparecido a única característica que faria do processo revolucionário um Estado, o uso da força. Para Marx e Engels, o Estado não é abolido de imediato, mas desaparece por si mesmo com o fim da revolução.

Para Lenin, o Estado Operário é um Estado em definhamento. Ele vai defender que o Estado burguês é extinto ou aniquilado imediatamente, pelo proletariado, na

¹⁰³(1)Todas as decisões devem ser tomadas num debate livre e aberto pelo órgão representativo do Partido, o Congresso.(2)Uma vez tomada a decisão, ela se torna obrigatória para todos. Não se admitem facções dentro do partido e qualquer minoria não pode discordar ou manifestar em público suas queixas.(3)Todos os funcionários do Partido Comunista são eleitos indiretamente, de baixo para cima, dentre os seus quadros.(4)Todas as decisões e instruções dos funcionários executivos do Partido são obrigatórias para órgãos e funcionários inferiores.

revolução. Mas o Estado Operário, que se forma a partir daí, define e morre pouco a pouco na transição entre o socialismo e o comunismo: "De fato, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definimento e a "morte" do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, "o Estado burguês não "morre"; é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que 'morre depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado."¹⁰⁴. Esses vestígios de Estado (o Estado Operário) que, segundo Lênin, sobrevivem e definem à medida que se passa do socialismo para o comunismo, não são elementos intermediários, mas uma autoridade da maioria (massas trabalhadoras) frente a minoria, devido à escassez da capacidade produtiva de prover a todos segundo suas necessidades. Essa "abolição do Estado Burguês" não aparece em Marx e Engels, que tratam da abolição do Estado de forma geral e não do Estado burguês.

Um erro comum é atribuir ao Estado Operário, autodenominado Ditadura do Proletariado, o cerceamento da liberdade, pois Marx apontaria a ditadura do proletariado como máximo de liberdade e democracia – entendendo que seria a liberdade e a democracia da maioria, das massas, contra a elite de exploradores capitalistas. Lênin também defenderia a ditadura do proletariado como ampliação da democracia e da liberdade que, no entanto, garantiria a dominação e a coerção, ou seja, o poder nas mãos do proletariado. "A ditadura do proletariado, isto é, a organização da vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores não pode limitar-se pura e simplesmente a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna, pela primeira vez, a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas da gente rica. A ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas."¹⁰⁵.

Também, em Marx e Engels não há nenhuma menção nem mesmo vaga sobre a estatização dos meios de produção: os meios de produção seriam socializados e os frutos da produção distribuídos, não havendo mais sistema de salário e Engels esclarece: "O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo Ideal. E quanto mais forças produtivas passe à sua propriedade tanto mais se converterá em capitalista coletivo e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários

¹⁰⁴LENIN, Vladimir I. (1917) O Estado e a Revolução. Consultado em: <http://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>

¹⁰⁵Idem, op.cit.

continuam sendo operários assalariados, proletários. A relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, se aguça." ¹⁰⁶

As caracterizações e análises do conteúdo de classe do Estado se desenvolveram especialmente após a revolução russa¹⁰⁷. Um Estado Operário é aquele onde o proletariado é a classe dominante e exerce o seu poder. Lênin já identificava a URSS como Estado Operário burocraticamente deformado já que a guerra civil e o fraco desenvolvimento das forças produtivas faziam o nível cultural da população ser pobre, o que garantia espaço para a burocracia operar sem fiscalização do povo, favorecia o nascimento de uma nova burocracia e o restabelecimento da burocracia czarista. Lenin designava a própria URSS como um "capitalismo de Estado", segundo ele, o desenvolvimento do capitalismo promovido pelo Estado que, deveria ser um Estado Operário, mas devido a burocratização e a fusão de partido com o Estado, este estaria burocraticamente deformado.

Para o Leninismo, os países capitalistas (nações imperialistas) tinham dividido o mundo entre si e por isso o capitalismo se tornou um fenômeno mundial, apesar do desenvolvimento econômico desigual de diversos países e do atraso das colônias. Se o mundo todo funciona nos termos do capitalismo, as revoluções trabalhadoras são aconselháveis e taticamente desejáveis, independentemente de ocorrerem em uma economia avançada ou atrasada.

Na Terceira Internacional (1919) foram propostas por Lenin e adotadas as "11 condições" para todos os partidos comunistas nacionais: 1-Aceitar um compromisso ideológico absoluto com o comunismo; 2-Assumir controle direto sobre sua imprensa e publicações comunistas; 3-Aceitar o princípio e a prática do centralismo democrático, inclusive com a eliminação dos revisionistas, reformistas e sindicalistas dos quadros do Partido; 4-Estabelecer organizações e atividades secretas e ilegais nos seus países e os membros do Partido deveriam estar prontos para esse tipo de ação; 5-Assumir o compromisso de fazer esforços especiais para solapar e desorganizar os exércitos nacionais; 6-Os pacifistas e os pacifismos não deveriam

¹⁰⁶ ENGELS, Friedrich (1877). Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Consultado em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>

¹⁰⁷Troskystas, Estalinistas e Comunistas de Esquerda se dividiram quanto ao tema. Para os últimos, o Estado Operário só se desenvolveu embrionariamente na Revolução Alemã, Húngara e Espanhola além dos primeiros anos da revolução russa, nunca se concretizando como socialismo, mesmo da URSS e no Leste Europeu. Para os Estalinistas a URSS era um Estado Operário e para maioria dos autores dessa linha, democrática. Os troskystas, nesse assunto, se dividem. Para alguns autores, o conceito de Estado Operário não diz respeito ao regime político ou a forma de governo, mas sim ao **conteúdo de classe do Estado**, entendendo o Estado como conjunto de instituições através das quais a classe dominante na sociedade exerce o poder político.

ser tolerados; 7-Todos os comunistas devem entender a obrigação de dar ajuda e apoio aos movimentos revolucionários dos povos coloniais; 8-Todos deveriam romper com todos os sindicatos associados à Segunda Internacional ; 9-Os membros comunistas nos parlamentos nacionais tinham que ser subordinados ao Partido Comunista a que pertenciam; 10-Todos os partidos Comunistas do mundo se comprometiam a apoiar a União Soviética e qualquer república soviética; 11-O programa do Partido Comunista para qualquer país teria que ser aprovado pelo comitê executivo da Terceira Internacional.

A essência do Comunismo Leninista pode ser resumida como (a) Ênfase nas táticas e políticas revolucionárias , independentemente das condições objetivas; (b)Confiança no fator humano - vontade, liderança, organização - independentemente do seu conteúdo social; (c) Subordinação de tudo à revolução comunista; (d)Internacionalização do movimento comunista; (e)O Partido comunista fala pela classe trabalhadora; (f) Vanguarda Revolucionária conduz o Partido e a revolução; (g) O partido se rege pelo centralismo democrático; (h) O Comitê Central do Partido fala por todos os Partidos Comunistas

Diferentemente das demais ideologias totalitárias, Lenin não adotou o culto da personalidade, nem a centralidade da figura do líder.

Stalinismo¹⁰⁸

Além do culto à Revolução e ao Partido, quem adotou o pleno culto da personalidade foi Stalin que dominou a URSS de 1924 até 1953.Os principais aspectos do stalinismo, foram: 1-Ditadura burocrática do regime de partido único; 2-centralização dos processos de tomada de decisão no núcleo dirigente do Partido; 3-burocratização do aparelho estatal; 4-completa eliminação de quaisquer formas de oposição; 5-culto à personalidade do(s) líder(es) do Partido e do Estado; 6-intensa presença de propaganda estatal e exacerbado nacionalismo; 7-censura aos meios de comunicação e expressão; 8-perseguição das religiões e igrejas estabelecidas; 9- coletivização obrigatória dos meios de produção agrícola e industrial; 10-militarização da sociedade e dos quadros do Partido.

Uma acentuada crítica ao stalinismo, além do culto ao líder, foi a burocratização, com a concentração do poder no Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. O stalinismo adotou a estratégia de nacionalizar a

¹⁰⁸ MACRIDIS, Roy. Ideologias Políticas Contemporâneas. Brasília: Ed. UnB, 1980.

revolução socialista, ou seja, mantê-la dentro da URSS. Os stalinistas argumentavam que era necessário primeiro consolidar o socialismo na URSS para que, em longo prazo, esta tivesse força suficiente para sustentar a revolução mundial. Segundo esta visão, caso os soviéticos se engajassem num conflito de proporções globais antes de conseguir proteger-se e defender-se dos inimigos capitalistas e fascistas, o socialismo fracassaria. Durante seu governo, Stalin converteu a União Soviética em uma potência militar, sobretudo em razão da guerra contra o Nazismo e a posterior política de ocupação da Europa oriental e criação de países-satélites na região.

Maoísmo

Foi o regime político e a ideologia estabelecidos na China Continental a partir de 1948, sob a liderança de Mao-Tsé-Tung, conhecido como "O grande Timoneiro". De um modo geral, pode-se dizer que o comunismo maoísta nunca teve semelhanças com a experiência socialista da União Soviética ou dos países do Leste europeu.

Uma das características do maoísmo que o distancia do leninismo é o voluntarismo, segundo o qual as condições objetivas da sociedade não são muito importantes para a revolução se as condições subjetivas, isto é, a vontade revolucionária do povo, estão presentes. Isso leva os maoístas a defender a insurreição armada como método de tomar o poder em todas as sociedades, e não só nas sociedades agrárias. O pensamento maoísta contém uma doutrina militar integral que liga explicitamente a ideologia política com a estratégia militar. Para o maoísmo, "*o poder nasce do fuzil*", e por essa via era possível que os camponeses participassem numa guerra popular configurada como guerra de guerrilhas em três fases: Primeira: mobilização de camponeses e estabelecimento da organização. Segunda: estabelecimento das bases rurais e incremento de coordenação entre guerrilhas. E terceira: transição face a uma guerra convencional.

O Liberalismo no Século XX

O liberalismo do século XX corresponde, em grande parte, ao que veio a ser conhecido como neoliberalismo¹⁰⁹. Trata-se de uma ideologia, cuja denominação foi usada em duas épocas diferentes com dois significados semelhantes, porém distintos:

Na primeira metade do século XX representa uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; e um movimento intelectual organizado, que criticava a crescente intervenção do Estado na economia. No pensamento liberal do século XX destacam-se os seguintes autores: Friedrich von Hayek (Escola Austríaca); Leopold von Wiese; Ludwig von Mises. Milton Friedman, George Stigler (Escola Monetarista, Escola de Chicago), James Buchanan e Gordon Tullock, Robert Nozick.

Entre os princípios centrais dessa linha de pensamento estão:

- a) O individualismo¹¹⁰ metodológico estabelece que os indivíduos são a unidade básica de compreensão, juízo e ação na realidade.
- b) A defesa da propriedade privada como a instituição jurídica que reconhece a exclusividade de uso de um bem material pelo seu possuidor.
- c) Governo limitado é a consequência da redução do poder político do Estado frente aos cidadãos. Para os liberais, todo poder coercitivo deve ser limitado, sendo a liberdade humana uma presunção universal.

¹⁰⁹O termo foi cunhado em 1938 pelo sociólogo e economista Alexander Rüstow. O termo se refere a uma tentativa de redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas.

¹¹⁰O individualismo jurídico – também presente ao neoliberalismo - significa que as relações de direitos e deveres têm como agentes cada uma das pessoas humanas. Coletividades não poderiam ser sujeitos de direitos ou deveres, a não ser pela coincidência desses com os indivíduos que as compõem.

d) A ordem espontânea, que compreende o conjunto de instituições criadas pelos homens em suas relações sociais, sem intencionalidade ou premeditação e que, por atenderem eficazmente a necessidades reais, se consolidam com o passar do tempo. A linguagem e o mercado são exemplos de ordem que emergem da sociedade, independente do controle de um indivíduo ou de um grupo.

e) Estado de direito ou Império da Lei é a aplicação política da igualdade perante a lei ou universalidade da norma. As leis pairam igualmente acima de todos os grupos da sociedade, independente de cor, sexo ou cargo político. Não devem, portanto, representar arbítrio, mas ser objetivamente imparciais.

f) Livre mercado é o conjunto de interações humanas envolvendo recursos materiais, sem restrições decorrentes da imposição política de interesses particulares. Diferença, assim, de sistemas protecionistas ou mercantilistas.

Desde a década de 1960, o neoliberalismo passou a significar uma doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e estabelece solidas restrições à intervenção estatal na economia. Concretizou-se em um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970.

Bresser Pereira¹¹¹denomina os “30 anos dourados do neoliberalismo” o período que vai de 1979 até a grande crise da economia americana em 2008”. Segundo o autor, nessa fase, em nome da globalização apela-se à liberdade de comércio internacional, ao fim do protecionismo. As propostas dessa corrente compreendem:

(1) mínima participação estatal nos rumos da economia de um país; (2) reduzida intervenção do governo no mercado de trabalho; (3) privatização de empresas estatais; (4) livre circulação de capitais internacionais e ênfase nas trocas globais; (5) abertura da economia à entrada de empresas multinacionais; (6) rejeição ao protecionismo econômico; (7) desburocratização do Estado: simplificação das leis e regras para facilitar o funcionamento das atividades econômicas; (8) redução do tamanho do Estado, para torna-lo mais eficiente; (9) rejeição aos impostos e tributos excessivos;

(10) aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico; (11) rejeição ao controle de preços dos produtos e serviços por parte do Estado; (12) valorização das empresas privadas como base da economia; (13) defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

¹¹¹ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “ Modernidade Neoliberal” . RBCS Vol. 29 nº 84 fevereiro/2014

Em nossas listas de exercícios, teremos a oportunidade de fixar os conceitos e acompanhar a forma como as bancas FGV, IADES, CEBRASPE, podem explorar esses temas para concursos para o Senado e Gestor em 2022-2023.